

TERRITORIALIDADES CAMPONESAS DO CERRADO - O SABER GERADO A PARTIR DO CONHECIMENTO LOCAL

Carlos Eduardo Mazzetto Silva*

1 - Sobre os conceitos de território e territorialidade

O conceito de território é amplamente utilizado não só na Geografia, como também nas ciências naturais e, ainda, em outras disciplinas das ciências sociais como a Ciência Política (especialmente no que se refere ao Estado) e a Antropologia, em especial, em estudos relativos às populações tradicionais e sua relação com o espaço-natureza (Haesbaert, 2002a).

Duas premissas parecem ser inegáveis na noção de território: a) ele se refere à apropriação social do espaço; b) ele guarda tanto uma dimensão material (os meios materiais da existência) como uma dimensão simbólica (o significado que confere a ele um sentido, o caráter de lugar, de pertencimento e de portador de identidades).

Alguns autores de matriz marxista dão ênfase à dimensão material do território, como a do antropólogo Maurice Godelier, citado por Haesbaert:

“Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar... Denominaremos “território” a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar e os meios materiais de sua existência.” (Godelier, apud Haesbaert, 2002a: 20).

Entretanto, o autor afirma que “somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais (e econômico-ecológicas com a natureza) e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que também move estas relações” (Haesbaert, 2002a: 19).

Nesse debate, Porto-Gonçalves enfatiza a inexorabilidade da dimensão material e sua indissociação da dimensão simbólica.

“O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estariam dados os elementos para constituir um Estado. O Território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (Bourdieu, 1989)’. Estamos longe, pois, de um espaço-substância e, sim, diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material... os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido, só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica” (Porto-Gonçalves, 2002: 11).

Milton Santos afirma que “o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como **território usado**, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2002: 10).

Entretanto, como veremos a frente, no contexto das relações mercantis do capitalismo global, nem sempre (ou quase nunca) o território (a apropriação social do espaço) se relaciona a um lugar de moradia ou a uma noção de pertencimento. O pertencimento se refere a uma outra esfera a-espacial³ e os lugares são não-lugares (Augé, 1994), apenas suporte da exploração mercantil: “paisagem homogênea que poderia reproduzir-se em qualquer espaço e que não mantém qualquer vínculo com o local, perdendo qualquer sentido ou significação para os grupos. Nestes ambientes, já não há processos de identificação individual ou coletiva.” (Zhour e Oliveira, 2005: 61). A idéia de não-lugar, não parece ter o sentido de negar a noção de lugar, muito pelo contrário, mas sim de fazer uma provocação teórico-ideológica a fim de explicitar a diferença de significação entre espaço vivido (múltiplas significações que atravessam de forma integrada, o material, o cultural e o espiritual⁴) e espaço explorado⁵ (significação estritamente mercantil) e que chamarei também provocativamente aqui, nos referindo ao Cerrado, de **lugar-hábitat** e **lugar-mercadoria**⁶ ou Cerrado-hábitat e Cerrado-mercadoria. Essa diferenciação será fundamental neste trabalho, no tocante a suas implicações relativas à noção e à perspectiva da sustentabilidade, neste caso, pensada para o domínio do Cerrado.

As noções de pertencimento e de identidade são mais fortemente enfatizadas nas correntes que privilegiam a dimensão simbólica-cultural, as quais, na Geografia, se manifestam nas elaborações que se referenciam pelas noções de *lugar* e de *paisagem*. Esse é o caso, citado por Haesbaert, de Bonnemaison e Cambrézy:

“Para estes autores há um enfrentamento, hoje, entre a lógica funcional moderna e a lógica identitária pós-moderna, contraditórias, reveladoras de dois sistemas de valores e duas éticas distintas frente ao território. Embora não seja uma simples questão de mudança de escala, também há uma revalorização da dimensão local. O território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico. A abordagem utilitarista do território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Por isso, “o território é primeiro um valor”, pois “a existência e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida”” (Haesbaert, 2002a: 22).

Para Bonnemaison e Cambrézy (1996), o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico. As sociedades primitivas e agrícolas pré-industriais demonstram que o território não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita. O território, nessa perspectiva, não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Veremos mais à frente, que essa perspectiva está presente também em grupos camponeses (de caráter mais ou menos tradicional), cuja racionalidade produtiva e de vida se ancora fortemente nos vínculos locais, oriundos e responsáveis por uma **experiência territorial enraizada**.

Andréa Zhour e Raquel Oliveira, também oriundas da antropologia (UFMG), analisando os conflitos socioambientais e a contradição entre a lógica de implantação das “paisagens industriais”, nesse caso representado por projetos hidrelétricos, e as populações locais atingidas, afirmam que:

“... trata-se da luta pelo direito ao espaço ambiental tradicionalmente ocupado, uma luta pela apropriação material e simbólica da natureza, pela definição e reconhecimento dos significados, atribuídos ao território em que se opõem imagens de pobreza e fartura” (Zhour e Oliveira, 2005: 56).

Ou seja, os conflitos que envolvem a apropriação do espaço e seus diferentes significados simbólicos, envolvem, na verdade, confronto entre **diferentes valores**, portados por diferentes atores sociais, com diferentes matrizes de racionalidade (Porto- Gonçalves, 2001b) e diferentes poderes dentro da sociedade nacional e global. A noção de território, portanto, é fortemente atravessada pela questão do poder – o processo de apropriação/expropriação social do espaço diz respeito a lutas e conflitos entre interesses divergentes de grupos sociais distintos. Essa perspectiva fica clara na definição de Sack⁷, citado por Haesbaert, para quem o território surge a partir da “*tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica*” (Sack, apud Haesbaert, 2002b: 133).

Já podemos perceber que as diferentes formas de apropriação social do espaço são expressão e produto de diferentes territorialidades (vivenciar e experimentar o espaço-território), ou seja, de diferentes formas de apropriação material e de diferentes significados simbólicos do território.

Para Paul Little (antropólogo da UNB):

“... a territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland (cf. Sack 1986: 19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado”. (Little, 2002: 3)

A abordagem de Little é bastante voltada para populações tradicionais, mas guarda bastante pertinência em relação à temática que abordaremos aqui e será muito útil no seu desenvolvimento.

Vale ressaltar que os seres humanos do mundo contemporâneo, ao contrário de outros animais, cujo caráter biológico de territorialidade⁸ é restrito a apenas uma escala ou recorte espacial, apresentam diversos níveis de territorialidade. Guardamos identidade, por exemplo, com nosso território nacional (ex: identidade brasileira), estadual (ex: identidade mineira, carioca, baiana, etc.) e podemos ainda guardar identidades regionais (ex: identidade nordestina) e locais referentes à comunidade ou bairro ao qual pertencemos. Poderíamos falar até de uma identidade planetária da espécie humana. Há, portanto, uma enorme complexidade na análise das territorialidades atuais onde se conjugam diferentes escalas de pertencimento e diferentes significados e mesmo atribuição de importância à dimensão territorial, num mundo onde parcelas significativas e cada vez maiores da população vivem em constante trânsito tanto físico-geográfico – casa de moradia, casa de praia ou de campo, escritórios e outros lugares de trabalho, viagens de trabalho e lazer – quanto simbólico-mental – leituras, televisão, internet – e constituem redes, cujos nós se encontram simultaneamente em vários territórios, estabelecendo novos nexos espaço-temporais, num mundo urbano-industrial informatizado em que os espaços de referência identitária vão se tornando cada vez mais fluidos.

É importante perceber, que há uma ascensão de um chamado *enfoque territorial* no nível de políticas públicas que procuram superar as suas compartimentalizações setoriais visando integrar ações numa dimensão territorial. Nesse sentido, o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) criou, no início do atual governo federal, uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que fez e vem fazendo um esforço conceitual e operacional significativo para colocar essa perspectiva em prática, no âmbito das políticas voltadas para o espaço agrário.

Nesse esforço, a SDT elaborou a seguinte definição:

“O território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA, 2003: 23).

O esforço aí, na verdade, tem a ver com a tentativa de definir geograficamente territórios rurais como objeto de unidade de ação política governamental (no nível mais microrregional), com forte participação social dos atores, em especial, agricultores familiares, assentados e populações tradicionais que se materializa num Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Há aí uma abordagem que passa por diversos outros conceitos e noções como: visão e ação integrada, desenvolvimento endógeno, promoção do capital social, gestão social e outros. Em alguns aspectos, essa abordagem parece por demais ingênua e idealizadora, negando, de certa forma, as contradições apontadas acima, relativas aos diferentes valores, interesses e racionalidades, às relações de poder e aos conflitos socioambientais que se dão no território, inclusive na sua disputa. Idéias como de *coesão social e territorial* e de *desenvolvimento harmônico* parecem ignorar que, afinal, o território continua sendo palco da velha luta de classes, que de forma nenhuma se extinguiu, apenas adquiriu novas formas – afinal o que são os conflitos de terra e a chamada guerra civil urbana das metrópoles brasileiras?

2 - Territorialização e desterritorialização – rebatimentos para o Cerrado

Como argumentamos anteriormente, a questão do território (acesso, apropriação material, uso, significação) é atravessada pelas relações de poder. E a dinâmica dessas relações imprimem mudanças no quadro da apropriação territorial e se materializam em processos simultâneos de territorialização e desterritorialização. Nossa história está repleta de exemplos dessa materialização que interessam à temática desta tese e à dinâmica atual de mudanças agrárias e ambientais no domínio dos Cerrados:

- a territorialização dos portugueses no Brasil (através da ação dos bandeirantes) significou a desterritorialização dos indígenas; estes procuram se reterritorializar através da demarcação de reservas indígenas;
- o mesmo processo colonial desterritorializou os negros da África, tornando-os escravos expropriados de território no Brasil; negros estes que se reterritorializaram nos quilombos, enquanto espaços de liberdade e se reterritorializam, no período moderno, nas favelas urbanas e procuram hoje se reterritorializar no campo como comunidades negras rurais, via demarcação de terras de remanescentes de quilombos;
- a territorialização de latifundiários (grileiros) e hoje de empresas do agronegócio, desterritorializaram e desterritorializam comunidades camponesas, indígenas e quilombolas;
- a difusão do uso do território para sustentar a sociedade urbano-industrial moderna, desterritorializa comunidades camponesas (ex: barragens hidroelétricas) – cunhada por alguns antropólogos de substituição de paisagens camponesas/ tradicionais por paisagens moderno-industriais;
- comunidades camponesas se reterritorializam através da luta pela terra e da implantação de projetos de assentamento e de reservas extrativistas;

- a territorialização da monocultura irrigada por pivôs-centrais desterritorializa a pequena agricultura à jusante.
- a construção de barragens desterritorializam comunidades indígenas, quilombolas e camponesas que se territorializam seja resistindo à construção de barragens, seja conquistando terras para se realocarem por meio do MAB (Movimentos Nacional dos Atingidos por Barragens), por exemplo.

Vale reproduzir outra passagem do texto de Zhouri e Oliveira, referente aos conflitos socioambientais relativos à implantação de duas grandes barragens para instalação de usinas hidrelétricas em Minas Gerais:

“Nesse sentido, os casos das usinas de Murta e Irapé apontam para a atualização de conflitos entre os quais se contrapõem tentativas de desterritorialização e reterritorialização promovidas pelo Estado, juntamente com grandes empresas privadas e processos de reterritorialização distintos que visam à manutenção do território para os grupos locais, os quais re-elaboram identidades e discursos no processo de luta pelo reconhecimento e pela defesa de seus direitos territoriais. Desencadeia-se, assim, uma nova dinâmica social e cultural, em que as comunidades locais, colocadas sob a possibilidade de usurpação de suas terras pela implantação de projetos econômicos industriais (rodovias, monoculturas, hidrelétricas) fazem emergir discursos de valorização de seu território, de composição de sua identidade, de resgate e recriação de sua memória coletiva (Halbwachs, 1990)⁹. O problema é que tais significados construídos localmente chocam-se com os princípios da ideologia desenvolvimentista anunciada pelo Estado. A pluralidade de sentidos atribuídos ao território no local contrasta, portanto, com a concepção una e homogênea de desenvolvimento formulada, na maioria dos casos, em nome de uma entidade englobante representada genericamente pela idéia de nação” (Zhouri e Oliveira, 2005: 55).

Podemos compreender assim, a territorialização como define Haesbaert: *“conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade.”* (Haesbaert, 2002b:45).

O que acontece hoje no Cerrado brasileiro vai nos levar a enfatizar o processo de territorialização/desterritorialização que permeia uma disputa social e territorial entre o que chamamos de populações locais, de caráter predominantemente camponês (mas também indígena) e a rede internacionalizada do agronegócio que vai se apropriando, aceleradamente, dos recursos que esse grande bioma abriga. Essa disputa está permeada daquilo que estou chamando de *tensão entre territorialidades* que pode se conformar naquilo que muitos autores chamam de conflitos socioambientais, mas que, mesmo não se materializando dessa forma, não são eliminadas, permanecendo com níveis diferenciados de latência e invisibilidade.

A racionalidade da sociedade capitalista industrial, ora globalizada, e as noções- fetiche do desenvolvimento e do crescimento econômico, não permitem reconhecer validade nem importância (e muitas vezes nem direitos) em outras formas de racionalidade, em territorialidades que não se guiam por essa ideologia dominante oriunda do mundo moderno ocidental. A separação homem/natureza imposta pela racionalidade instrumental moderna e o economicismo mercantilista promovem uma desterritorialização simbólica, um desapego aos lugares. O produtivismo, comandado pela lógica do lucro, vai requerer todo o “sangue” dos territórios [as ilhas de sintropia como diria Altvater (1995), mais o potencial de produção primária dos ecossistemas, transformados em ambientes homogêneos], consumindo de uma só vez recursos naturais e comunidades locais, sejam indígenas ou camponesas. O processo, entretanto, como

veremos não é de mão única: “os conflitos em torno da apropriação e significação do território conduzem, assim, à ‘emergência da alteridade’” (Zhouri e Oliveira, 2005: 60).

As contradições e tensões no Cerrado são hoje típicas do processo de globalização neoliberal. Como afirma Milton Santos (2003), “nunca houve um tirano tão duro quanto o dinheiro global” que se constitui num poder cego, sustentado por um sistema ideológico e que não guarda nenhum compromisso afetivo com os lugares. Nesse contexto, “os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses... Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas” (Santos, 2003: 66).

Essa nova territorialidade globalizada requer a morte da territorialidade que anteriormente vigorava.

“Havia, por conseguinte, uma territorialidade absoluta, no sentido de que, em todas manifestações de sua existência, os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, isto é, o território. Isso criava um sentido de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, que lhes atribuía, em função da produção necessária à sobrevivência do grupo, uma noção particular de limites, acarretando, paralelamente, uma compartimentação do espaço, o que também produzia uma idéia de domínio. Para manter a identidade e os limites, era preciso ter clara essa idéia de domínio, de poder. A política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável. Criava-se, paralelamente, a idéia de comunidade, um contexto limitado do espaço” (Santos, 2003: 62).

A partir dessa afirmação de Santos, arrisco afirmar que **as comunidades rurais** (ou camponesas) **se constituíram a partir ou no processo de apropriação de um determinado espaço, tornado território**, (domínio sobre um certo território – familiar e comunitário) – **e esse domínio é que definiu e que define sua possibilidade de sustentabilidade**. No caso do Cerrado, essa idéia se materializa de forma exemplar como veremos a frente.

3 - Breve distinção teórica entre agricultura familiar e campesinato - implicações para o debate da sustentabilidade¹⁰

A agricultura familiar como contraste da agricultura patronal

A disseminação do termo *agricultura familiar* no Brasil é recente. Basicamente se difundiu na década de 1990 e se transformou rapidamente no termo dominante, substituindo a expressão *pequeno produtor*, nos debates acadêmicos e, principalmente, nas políticas públicas, a partir do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA). Essa substituição se justificou e se justifica pelo fato de que a noção de tamanho da exploração ou da unidade produtiva (pequeno/grande) não é um bom atributo para discriminar as diferentes formas básicas de exploração da terra. Tamanhos muito diferenciados podem comportar formas de organização produtiva basicamente semelhantes, dependendo de sua localização e da qualidade dos recursos naturais. Sendo assim, o contraste importante se daria, então, no caráter familiar ou patronal da exploração agrícola – as suas duas formas básicas de organização sócio-produtiva.

Na definição de Lamarche (1989: 15):

“A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”

Essa definição, naturalmente é um tanto vaga, comportando dentro dela desde o campesinato de subsistência até a empresa agrícola familiar.

No Brasil, um estudo realizado por um grupo de pesquisadores do convênio FAO/INCRA procurou delimitar o universo dos estabelecimentos familiares a partir dos dados dos censos agropecuários do IBGE. Para o último censo de 1995/96, os estabelecimentos familiares foram definidos como aqueles que preenchiam simultaneamente as seguintes condições (FAO/INCRA, 2000):

- a direção dos trabalhos era exercida pelo produtor;
- o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado.

Este levantamento gerou, pela primeira vez na história, uma estatística da agricultura familiar brasileira, demonstrada nos quadros abaixo, a partir da divisão entre as grandes regiões brasileiras.

O Quadro 1 mostra que 85,2% dos estabelecimentos rurais brasileiros são familiares. Mas, de acordo com o Quadro 2, eles ocupam apenas 30,5% da área total dos estabelecimentos, produzindo 38% do valor bruto da produção agropecuária e sendo responsáveis por 76,8% do pessoal ocupado em atividades agropecuárias no Brasil rural. Vale notar que a região Centro-Oeste é onde a participação da agricultura familiar é mais modesta, em função da transformação do cerrado em área de fronteira agrícola do agronegócio exportador, paraíso da agricultura patronal.

Quadro 1 – Número de estabelecimentos familiares e participações relativas segundo as grandes regiões brasileiras em dez/1995

Grandes Regiões	Nº de estabelecimentos familiares	% sobre o total regional	% sobre o total nacional
Norte	380.895	85,4	9,0
Nordeste	2.055.157	88,3	50,0
Sudeste	633.620	75,3	15,0
Sul	907.635	90,5	22,0
Centro-Oeste	162.062	66,8	4,0
Brasil	4.139.369	85,2	100,0

Fonte: FAO/INCRA (2000) com base em IBGE, Censo Agropecuário de 1995/96.

Quadro 2 – Dados diversos da participação dos estabelecimentos familiares em relação ao total dos estabelecimentos agrícolas em dez/1995 (%)

Grandes Regiões	Área dos estab. Familiares	Pessoal ocupado nos estab. familiares	Valor da produção dos estab. familiares	Valor dos financiamentos dos estab. familiares
Norte	37,5	82,1	58,3	38,6
Nordeste	43,5	82,9	43,0	26,8
Sudeste	29,2	59,2	24,4	12,6
Sul	43,8	83,9	57,1	43,3
Centro-Oeste	12,6	54,1	16,3	12,7
Brasil	30,5	76,8	37,9	25,3

Fonte: FAO/INCRA (2000), com base em IBGE, Censo Agropecuário de 1995/96.

Essa estratificação entre agricultura familiar e patronal foi útil então, no sentido de permitir ter uma noção da dimensão desses dois universos, mesmo entendendo que a linha divisória entre eles - um percentual igual de trabalho familiar e assalariado – é extremamente tênue e que essa distinção não é capaz de explicitar vários outros fatores de diferenciação que são fundamentais para se compreender, tanto a diversidade de formas sociais de produção presentes no mundo rural brasileiro, como suas formas de sociabilidade e de apropriação da natureza o que, por sua vez, tem implicação sobre o debate e a perspectiva da sustentabilidade dos espaços rurais.

A distinção entre camponês (peasant) e fazendeiro (farmer)

A diferenciação antiga entre camponês e fazendeiro, utilizada pelos antropólogos das décadas de 1940 e 1950, continua, a meu ver, sendo relevante e fundamental para o debate no qual esta tese se insere. Sim, porque essa diferenciação incorpora aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e de racionalidade econômica e ecológica. De acordo com Heyhig (1982), esses antropólogos faziam a seguinte distinção fundamental:

- Camponês (peasant) – exerce um controle sobre a terra que lhe permite levar adiante em comum, **um modo de vida tradicional que a agricultura integra**, mas não como inversão econômica para obter lucro. O trabalho agrícola tem valor superior ao comércio.
- Fazendeiro (farmer) – exerce a atividade agrícola como comércio.

Esses antropólogos iam além. Para eles, não era apenas o caráter familiar da exploração que definia a organização social camponesa, mas também e fundamentalmente, sua **sociabilidade comunitária e um modo de vida tradicional**. Nesse sentido, as **comunidades camponesas** eram definidas como grupos cujo comportamento econômico se explica por suas atitudes, valores e sistemas cognitivos transmitidos de forma verbal entre gerações (Heynig, 1982). Essa abordagem foi chamada de *culturalista* por entender a dimensão econômica como subordinada à cultura.

Marques (2004: 148) vai reforçar esta perspectiva ao definir “*o modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade*”.

Chonchol (1986: 3) ressalta aspecto importante:

“As coletividades ou as comunidades locais nas quais vivem as famílias camponesas constituem pequenas sociedades onde todos se conhecem, onde há freqüentemente particularismos de linguagem e onde existem relações de solidariedade entre as diferentes células familiares e entre o conjunto delas e a coletividade local (vilas ou povoados) que elas constituem”.

Sendo assim, o traço da sociabilidade comunitária quer dizer também que a comunidade camponesa é uma sociedade de interconhecimento e “interajuda”.

A abordagem chayanoviana¹¹ (1981) vem acrescentar ainda a dimensão da micro- economia camponesa, explicitando traços fundamentais de sua racionalidade, como:

- a exploração familiar como unidade central da economia camponesa;
- a equação entre trabalho e consumo: equilíbrio que se dá em função do tamanho e composição da família (os que trabalham e os que não trabalham, só consomem);

- a diferenciação entre a unidade camponesa que produz **valor de uso** e a empresa capitalista produz que **valor de troca**;
- a ausência das categorias salário, lucro e acumulação na economia camponesa.
- o trabalho camponês busca a satisfação das necessidades e essa subsistência é culturalmente definida.

Essas características econômicas e sócio-antropológicas é que ajudam a fazer o contraste do campesinato com outras categorias ou classes de produtores rurais. E essa diferença continua atual, quando se pensa em entender e estudar o conflito contemporâneo entre agronegócio e camponeses locais (ou populações rurais locais).

O valor de uso, atribuído à terra pelos camponeses, lugar de viver, condiciona um tipo de relação com a natureza diferente daquela baseada no valor de troca, terra-mercadoria, característica dos fazendeiros – categoria que hoje se confunde com a de empresário rural¹². Essa perspectiva da agricultura enquanto comércio e da terra enquanto mercadoria, encontra hoje sua expressão mais clara e “fetichizada” no termo *agronegócio*, mesmo entendendo que esse agronegócio atual extrapola a agricultura ou o chamado *setor agrícola*. A antítese dessa perspectiva é, justamente, a racionalidade camponesa que guarda apego ao lugar, o que é anterior ao seu valor mercantil.

Portanto, muito mais do que o contraste entre agricultura familiar¹³ e patronal, **é o contraste atual entre campesinato/populações rurais locais e agronegócio que ajuda a explicitar as formas antagônicas e conflitivas de apropriação da natureza e que, por consequência, importa mais no debate relativo à sustentabilidade da agricultura, do espaço agrário e do desenvolvimento rural.**

O Quadro 3 procura distinguir entre diversos atores sociais do atual mundo rural brasileiro, aqueles mais identificados com os sentidos contrastantes de habitat e mercadoria atribuídos à terra.

Quadro 3 – Atores sociais ligados aos dois sentidos de apropriação e uso da terra

Terra como lugar de viver/hábitat – populações rurais locais (apego ao local, dependência dos recursos naturais locais)	Terra-mercadoria–agronegócio (agricultura como comércio)
Índigenas, camponeses-populações tradicionais, quilombolas, posseiros, pequenos proprietários, extrativistas, pescadores artesanais – e até parte dos médios fazendeiros tradicionais.	Ruralistas, grileiros, madeireiros, latifundiários, empresas agropecuárias e de mineração, corporações transnacionais (sementes, agrotóxicos, máquinas, remédios veterinários, armazenamento, transporte e comercialização, etc.) e, em grande parte dos casos, o Estado.

4 - Modos camponeses de apropriação da natureza – a expressão material da territorialidade

O mundo rural brasileiro vive hoje dilemas e impasses que atravessam questões extremamente atuais que dizem respeito ao conjunto dos brasileiros. Essas questões estão relacionadas, por exemplo:

- ao polêmico projeto de transposição das águas do rio São Francisco ou de integração de bacias, como quer o governo;
- ao cultivo de variedades transgênicas e à lei de biossegurança, recentemente aprovada no Congresso Nacional;
- à problemática fundiária-ambiental de modelos de ocupação e uso da floresta amazônica e seus rebatimentos para o código florestal brasileiro;

- ao avanço das monoculturas de grãos sobre o cerrado e suas implicações sobre a biodiversidade, as águas, as populações locais (índios, camponeses, trabalhadores rurais);
- às condições de precariedade do trabalho rural, mesmo no chamado agronegócio moderno, que chegam ao extremo de trabalho considerado escravo em um número significativo de casos;
- aos conflitos que envolvem a posse da terra em várias regiões do país;
- aos impasses na implantação de projetos de geração de energia hidráulica que atingem, deslocam e desalojam inúmeras famílias camponesas pelo Brasil afora.

Estas questões estão atravessadas (e, ao mesmo tempo, são reflexo de), por diferentes projetos para o campo, divergentes visões sobre desenvolvimento rural e por territorialidades que atribuem sentidos diversos, e mesmo confrontantes, aos territórios rurais. O caso da morte da irmã missionária Dorothy Stang, no início de fevereiro de 2005, é mais um acontecimento dramático e extremo que evidencia esta tensão, como também o foram a chacina de Unaí (assassinato de três fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho) e o assassinato de cinco trabalhadores rurais sem-terra acampados numa fazenda em Felisburgo, no vale do Jequitinhonha, fatos ocorridos em Minas Gerais, no segundo semestre de 2004.

Defendo aqui, que essas tensões estão relacionadas à contradição entre os dois tipos fundamentais de racionalidade, apontados acima, que disputam a apropriação e o uso dos territórios rurais.

- A primeira é herdeira da vertente dominante e hegemônica de nossa história agrária, baseada nos ciclos agroexportadores, que se basearam no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo. É a vertente do território- mercadoria, que hoje se abriga na noção de *agronegócio*, cujo sujeito sócio-político que a representa melhor no cenário nacional é intitulado hoje de *ruralista*, rótulo este que esconde denominações talvez menos confortáveis como *latifundiários* e *grileiros*.
- A segunda é herdeira de nossas campesinidades¹⁴ indígenas e mestiças, que orbitaram nas franjas dos latifúndios e nos espaços marginais, isolados e formaram as chamadas comunidades rurais, e, também, de parte do colonato europeu que constituiu e constitui a pequena propriedade do sul do Brasil. É a vertente do território-habitat¹⁵ e sua identidade hoje pode abranger diversas categorias e denominações gerais – índios, camponeses, populações tradicionais, posseiros, trabalhadores rurais, lavradores, pequenos produtores e agricultores familiares.

A dicotomia e tensão entre essas duas territorialidades fundamentais é a chave da disputa pelo futuro do espaço agrário, disputa esta que se traduz em projetos opostos de desenvolvimento rural (e na existência de dois ministérios contraditórios voltados para o espaço agrário: o da Agricultura e Abastecimento e o do Desenvolvimento Agrário), com rebatimentos para uma outra noção em disputa, a da sustentabilidade, sendo que esta é para o conjunto da sociedade brasileira e não só para o universo dicotômico dos ruralistas e camponeses.

Podemos estabelecer uma clara relação entre diferentes tipos de territorialidades e respectivos modos de apropriação da natureza a partir da abordagem histórica e etnoecológica de Toledo (1996). Esta abordagem ajuda a entender a construção histórica das territorialidades camponesas, principalmente se, articularmos a ela, as tentativas definidoras da condição camponesa - algumas já apontadas no item anterior -, sempre limitadas frente à sua complexidade e diversidade.

A história da apropriação humana da natureza passa, de acordo com Vitor Toledo, (1996) por três modos básicos: o extrativista, o agrícola (ou camponês) e o industrial (ou moderno).

O modo extrativista foi e é praticado desde 2 milhões de anos A.P. (antes do presente) e sustentou a humanidade na maior parte do tempo de sua sobrevivência. Este modo estava associado a

sociedades igualitárias, “cimentadas” pela relação de parentesco: bandos nômades, num primeiro momento, e tribos, num segundo momento (as chamadas sociedades primitivas). Neste modo, naturalmente, a terra e seus recursos não eram objeto de apropriação privada e não havia diferenciação social no tocante à possibilidade de uns se apropriarem do trabalho de outros.

Há cerca de 10.000 anos AP, acontece o advento da agricultura – 2º modo de apropriação da natureza. O ser humano vai se sedentarizando, constituindo tribos “aldeiadas” e comunidades camponesas, ainda “cimentadas” pela relação de parentesco. Aumenta sua segurança física e alimentar e aprende a transformar parte dos ecossistemas, através de adaptações ecológicas que Eric R. Wolf (1976), estudioso das sociedades camponesas, chamou de *ecótipos*. Ecótipo seria o sistema de transferência de energia do meio ambiente para o homem¹⁶. Tem, portanto, o mesmo sentido do que Toledo chama de modo de apropriação da natureza. Se Toledo distingue 3 modos de apropriação da natureza (extrativista, agrícola ou camponês e industrial), Wolf distingue 2 tipos de ecótipos: “*um caracterizado pelo emprego do trabalho humano e animal – 1º e 2º modos de apropriação da natureza para Toledo -; outro, caracterizado pela crescente confiança na energia proporcionada pelos combustíveis e os aperfeiçoamentos garantidos pela ciência – 3º modo de apropriação da natureza para Toledo – (Wolf, 1976: 36).*

As sociedades camponesas, para Wolf, se desenvolveram através de ecótipos do primeiro tipo, chamados por ele de *paleotécnicos* – sistemas técnicos ancestrais. Os ecótipos de segundo tipo seriam os *neotécnicos*, que influenciaram o campesinato e foram, em alguns casos, adotados total ou parcialmente por ele. Estes últimos estariam inseridos no que Toledo chama de 3º modo de apropriação da natureza que se inicia, então, com a Revolução Industrial, a partir do uso de fontes minerais/fósseis de energia¹⁷ que vai acelerar tremendamente a capacidade de transformação de matéria e energia e a produção de mercadorias (agora já no capitalismo) o que vai implicar também numa dramática ampliação do grau de transformação dos ecossistemas – as unidades sistêmicas, auto-organizadoras da natureza, nas quais estão contidos os chamados *recursos naturais*.

O 2º modo de apropriação da natureza, tipicamente camponês, vai atravessar a transição de sociedades igualitárias (modos de produção baseados no parentesco) para sociedades não igualitárias (os modos tributários de produção, característicos das sociedades feudais nas suas diversas modalidades). As comunidades camponesas já seriam, para Wolf, o resultado do aparecimento da *civilização* no lugar das *sociedades primitivas*. O marco da civilização para ele é definido, justamente, pelo aparecimento e desenvolvimento de uma ordem social complexa, **baseada na divisão social e de poder assimétrica entre os que governam e os que cultivam**. Para este autor:

“... o que serve para distinguir a forma primitiva da civilizada é mais a cristalização do poder executivo do que o problema de saber se o controle do poder está localizado aqui ou ali. Não é a cidade, mas o Estado que constitui o critério decisivo para o reconhecimento da civilização, sendo o aparecimento do Estado o limiar da transição entre cultivadores de alimentos em geral e camponeses. Portanto, é somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado – isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social – que podemos falar apropriadamente de um campesinato” (Wolf, 1976: 26).

Os camponeses são então, para este autor, “*cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante*” (Wolf 1976: 16). Ou seja, o camponês sempre existe dentro de um sistema maior, no qual está em posição subalterna, apesar de ter acesso à terra e, através dela, conseguir um grau importante de autonomia.

Algumas outras características econômicas são definidoras do campesinato para Wolf, às quais podemos relacionar às diferentes dimensões contidas na noção de território:

- A unidade camponesa de produção se orienta na busca de garantir produção visando:

- a) um *fundo de manutenção*: o auto-consumo que propicia o mínimo calórico para a família, a produção de sementes para a próxima safra, alimentação animal e o reparo de suas ferramentas e instalações - está relacionado à **dimensão material** do território;
- b) um *fundo cerimonial* que visa à reprodução social e cultural do grupo familiar e comunitário ao qual pertence - está relacionado à **dimensão simbólica** do território;
- c) um *fundo de aluguel* visando atender exigências que não vieram de seu trabalho na terra e sim do atendimento a setores dominantes da sociedade que se apropriam dos excedentes produzidos pelas unidades camponesas - está relacionado à **dimensão das relações de poder** que envolvem o território (acesso, domínio e uso).

- A unidade camponesa é **tanto uma unidade econômica como um lar** - articulação entre trabalho, produção e consumo (culturalmente definido) - e suas despesas não são ditadas diretamente pela existência de um sistema econômico governado por preços e lucros¹⁸.

Já Mendras (1978), procura uma definição mais precisa do *tipo ideal de sociedade camponesa*, a partir de seu contraste com o selvagem. Esse tipo ideal se define por cinco traços:

1. *“A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades.*
2. *A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.*
3. *Um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.*
4. *Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.*
5. *A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente”* (Mendras, 1978:14 e 15).

Essas formulações, de matriz européia, tanto são úteis, como comportam vários limites quando transportadas para países de história colonial como o Brasil. Este enorme território tropical, por sua diversidade étnica e ecológica, abrigou situações bastante heterogêneas, responsáveis pela formação de diversos campesinatos. No sul do Brasil, por exemplo, houve uma colonização européia de tipo campesinista nesse sentido clássico - as colônias como espécie de coletividades camponesas, mesmo sem feudalismo -, mas também houve a formação do caboclo com sangue guarani¹⁹. Esse colonato desenvolveu aqui, o mesmo modo de apropriação da natureza de matriz européia, lutando contra a mata e “limpando” o máximo de terreno para “amansá-lo”, desenvolvendo o sistema típico de policultura associado à pecuária. Essa tradição européia de apropriação da natureza através do desmate é bem caracterizada por Mendras e contrastado com formas não-européias.

“Florestas espessas e matas de corte em abundância são inimigos do camponês sedentário que luta contra a sua invasão, enquanto o cultivador itinerante que desmoita uma clareira, queima-a para enriquecer o solo que cultiva alguns anos, até a exaustão, antes de permitir sua reconquista pelas árvores, sabe que a floresta é indispensável para seu sistema de cultivo de queimada.²⁰ sem floresta, não há recuperação e portanto não há cultivo. O contraste é completo entre o cultivador africano que planta seus cafezais e cacauais dentro de uma floresta protetora, e o camponês europeu que isola cuidadosamente seu terreno cultivado da floresta que pensa ele, ‘come’ seus cultivos. Para este último,

como para o egípcio e os gregos antigos, a floresta dá medo: é o domínio da natureza não-controlada, o antro de populações marginais e de feras selvagens contra as quais se deve defender; orangotangos, lobos e facínoras... A História agrícola da Europa pode ser resumida em um luta entre a agricultura e a floresta: nos períodos de crescimento demográfico, a floresta retira-se diante do assalto dos homens, mas sempre pronta a reconquistar o território cultivado, esperando um novo assalto” (Mendras: 1978: 20 e 21)²¹.

Essa passagem de Mendras nos induz a dois tipos de reflexão.

A primeira reflexão é a seguinte: se entendermos a noção de campesinato como esta, oriunda do modelo de camponês europeu, só os pequenos agricultores do Sul e do Sudeste do Brasil poderiam ser chamados de camponeses, os outros seriam cultivadores (ou extrativistas ou agroextrativistas) como os africanos da citação acima. A definição de camponês de Toledo que veremos a frente, por sua matriz mexicana, está mais relacionada à noção étnica de *campesino* e acaba se confrontando com a perspectiva de Mendras. Vamos percebendo que esta definição depende do lugar de quem fala.

A segunda reflexão nos leva às questões socioambientais relativas à presença do “gaúcho” na fronteira agrícola brasileira (Haesbaert, 1997). Este campesinato europeu “exportado” para o Brasil, principalmente no final do Século XIX e início do Século XX para colonizar a região sul do Brasil, trouxe esta cultura de desbravador de floresta e de “agricultor do limpo”. Esta cultura, aberta para receber e introduzir os métodos modernos de cultivar, serviu não só para desbravar o sul do Brasil, como, no tempo mais recente, para abrir a chamada fronteira agrícola da Amazônia e do Cerrado, como veremos no caso do sul do Maranhão. Nestes espaços, esse “gaúcho” vai se encontrar e se confrontar com populações camponesas locais que, por um processo ancestral de adaptação aos ecossistemas, desenvolveram matrizes próprias de relação com os ambientes, baseados no segundo modo de apropriação da natureza, definido por Toledo. Os “gaúchos” vão ser os portadores da modernidade, via a introdução dos métodos industriais de (mono)cultivo – o terceiro modo de apropriação da natureza de Toledo.

A pergunta fundamental que se pode fazer então é: quem é camponês afinal? O gaúcho modernizador ou a família agricultora local? A perspectiva eurocêntrica de Mendras se choca frontalmente com a latino-ameríndia de Toledo. O caso brasileiro introduz ainda outras complexidades, senão vejamos.

- O norte do país, além de manter uma maior população indígena, viu essa população interagir com os nordestinos migrantes e gerar um caboclo ribeirinho e da floresta, onde a agricultura e pecuária cumprem um papel marginal em relação à combinação que integra extrativismo vegetal, pesca, caça e artesanato.
- Nos cerrados, também uma população geraizeira²² mestiça se desenvolveu de forma diferenciada do tipicamente europeu, combinando agricultura nos fundos de vale, criação de gado à solta e extrativismo na chapada (áreas de uso comum), além também da caça e do artesanato em muitas regiões. Isso sem falar de formas mais específicas contidas no bioma como os vazanteiros e barranqueiros do Rio São Francisco, os retireiros da planície do Araguaia, os pantaneiros, etc.
- Temos ainda o sertanejo do semi-árido nordestino – agricultor de subsistência e criador de caprinos e/ou bovinos -, os caiçaras das florestas atlânticas da Serra do Mar, os quilombolas de diversos lugares do país, as quebradeiras de coco da região dos babaçuais e outras inúmeras identidades rurais. Esses atores participam da universalidade da noção de campesinato? Se não são camponeses, a que categoria geral pertenceriam?

Afinal, se a noção de camponês fosse tão restrita, não haveria a força de aglutinação que hoje existe em torno da Via Campesina, de âmbito internacional. No Brasil, esse movimento vem procurando inclusive, com apoio de diversos intelectuais, reformular a abordagem sobre o campesinato brasileiro. A primeira dificuldade se dá, exatamente, na conceituação dessa categoria. Para tanto, buscou um embasamento na abordagem chayanoviana sobre a economia camponesa e na abordagem do professor Francisco Costa (1994), que enfatiza a centralidade da reprodução familiar na racionalidade econômica camponesa. Entretanto, a definição contida na publicação recente de Carvalho, procura articular a dimensão econômica (reprodução familiar a partir da produção rural) com a dimensão ecológica (formas diferenciadas de apropriação da natureza) e cultural (hábitos de consumo, modos de ser e de viver).

“Entende-se, então, por camponesas aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural - extrativista, agrícola e não-agrícola desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos agrícola resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas” (Carvalho, 2005: 170)

A gênese do campesinato brasileiro se deu num contexto colonial, que privilegiou o latifúndio e bloqueou o seu desenvolvimento (Wanderley, 1996). Esse contexto de marginalidade propiciou a ocupação de áreas marginais (posseiros, quilombolas), a interação com populações indígenas, e a articulação entre policultura, pecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca e também garimpo e artesanato, como se constata, por exemplo, no vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Em vários desses ecótipos, a vegetação nativa, ao invés de empecilho como para os europeus, é parte da paisagem manejada e da cosmovisão camponesa. Modos muito próprios de apropriação da natureza e de adaptação ao meio se desenvolveram aqui, assim como de sociabilidade. Estas formas constituíram habitats específicos, sociedades de interconhecimento como afirma Mendras, a partir da frase “aqui todo mundo se conhece”. *“‘Aqui’ designa um habitat, isto é, ao mesmo tempo um território, definido por oposição aos territórios vizinhos, e um território construído que serve a seus habitantes de residência, de instrumento de trabalho e de quadro de sociabilidade” (Mendras, 1978: 87)*. Como terra de viver e de trabalho, o território tem valor de uso e é o lugar da coletividade local ou da comunidade rural, núcleo organizador da sociabilidade camponesa. Na Amazônia, é comum as populações ribeirinhas da floresta se autodenominarem de “comunitários”, identificando aí sua distinção em relação a outros atores rurais e urbanos.

A perspectiva da sustentabilidade vem provocando uma reinvenção do termo *habitat*, antes restrito às ciências naturais. Para Leff, o conceito de ambiente se relaciona a uma visão das relações complexas e sinérgicas que geram a articulação de processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural (Leff, 1998).

*“Esta conceituação do ambiente vem a ressignificar o sentido do habitat como suporte ecológico e o **habitar como forma de inscrição da cultura no espaço geográfico**. O habitat tem sido considerado com o território que assenta a uma comunidade de seres vivos e a uma população humana, impondo suas determinações físicas e ecológicas ao ato de habitar. Neste contexto, uma visão ambiental das formas de ocupação do território, destaca os processos organizadores do habitat através do organismo que o habita, da cultura que o significa, da práxis que o transforma. O habitat é habitado pelas condições ecológicas de reprodução de uma população, mas, ao mesmo tempo, é transformado por suas práticas culturais e produtivas. **O habitat é suporte físico e***

*trama ecológica; mas é também o referente de simbolizações e significações que configuram identidades culturais e estilos étnicos diversos*²³ (Leff, 1998: 241).

Sendo assim, podemos acrescentar que **o habitat é lugar de criar hábitos, de manifestação permanente das territorialidades que conferem uso e sentido ao território – a experiência total do espaço. O habitat pressupõe a idéia de lugar de viver, vínculo e pertencimento territorial, se opondo e se confrontando ao sentido do território-mercadoria. O habitat pressupõe conexão com o ecossistema, ao contrário da separação moderna entre ser humano/natureza.**

A interação habitantes-habitat gerou diversos ecótipos, na linguagem de Wolf, ou diversas racionalidades ecológicas e vem provocando alguns pesquisadores (em geral latinos) a tentar redefinir o conceito de camponês, incluindo sua forma básica de apropriação de natureza. Toledo, a partir de uma abordagem etnoecológica, certamente influenciada pela noção tradicional de “campesino” que vigora no México (seu país de origem) e em países andinos, chega a um conceito inovador.

“Poseedor de un fragmento de naturaleza que se apropia de manera directa y a pequeña escala, con su propio trabajo manual, y teniendo como fuente fundamental de energía la de origen solar y como medio intelectual para la apropiación, sus propios conocimientos y creencias. Tal apropiación constituye su ocupación exclusiva o principal, a partir de la cual consume de primera mano, en todo o en parte, los frutos obtenidos, satisfaciendo con estos, directamente o mediante su intercambio, las necesidades familiares.” (Toledo, opus cit: 24)

Importante ressaltar a introdução feita por Toledo da questão da fonte fundamental de energia que move a apropriação camponesa da natureza, que estaria relacionada aos ecótipos paleotécnicos de Wolf. Para Toledo, o modo agrícola-camponês de apropriação da natureza é baseado num aperfeiçoamento do uso da energia solar para produção de alimentos e fibras. As plantas cultivadas seriam organismos com alta capacidade de transformação de energia solar em alimentos e esse aprendizado de melhor utilização dessa conversão é que caracterizou o desenvolvimento das sociedades camponesas durante milhares de anos. Ainda para este autor, o 3º modo de apropriação da natureza (industrial), vai operar uma ruptura com o anterior (agrícola ou camponês), ao basear-se no uso de energia mineral-fóssil e tornar a sociedade cada vez menos rural e mais urbano-industrial e, além disso, inaugurar um inédito conflito sociedade-natureza que vai gerar o que hoje é chamado de crise ambiental²⁴ (Mazzetto Silva, 2003).

Ele ainda procura ressaltar três critérios para diferenciação do camponês de outros tipos de produtores rurais: um de caráter cultural (a visão não-ocidental da natureza²⁵), um de caráter agrário (a apropriação em pequena escala) e o terceiro relacionado com a energia e a economia (o uso predominante da energia solar e de insumos locais).

Para Guzmán,

“O campesinato é a forma de manejo da natureza que na coevolução social e ecológica gerou cosmovisões específicas (quer dizer, uma forma de vida resultado de uma interpretação da relação homem-natureza que estabelece a articulação de elementos para um uso múltiplo da natureza) mediante as quais desenvolve processos de produção e reprodução sociais, culturais e econômicos sustentáveis ao manter as bases bióticas e identitárias implicadas no mesmo” (Guzmán, 2000: 11).

Guzmán estabelece, portanto, uma relação entre apropriação camponesa da natureza, identidade e sustentabilidade, a partir da noção de coevolução social e ecológica.

A discussão vai se complexificando, em especial quando a transpomos para o Brasil. As formações e tipologias diferenciadas do campesinato brasileiro acabam gerando confrontos como os

que existem hoje entre os “gaúchos”²⁶ da fronteira agrícola e as populações locais - indígenas e camponesas. Os primeiros, em geral de origem camponesa, são capturados pelo agronegócio internacionalizado, carregam aquela característica européia de lutar contra a mata – agora também contra o cerrado – e adotam os sistemas monoculturais. As populações locais – do Cerrado e da Amazônia - indígenas e mestiças -, desenvolveram, historicamente, formas de apropriação dos ecossistemas que articulam duas características fundamentais observadas por Toledo (1996): a heterogeneidade espacial e a diversidade biológica. Os sistemas camponeses combinam diferentes estratégias de adaptação, a partir das variações ambientais e da diversidade de recursos disponíveis nas diversas unidades ecogeográficas²⁷, conseguindo manter os processos ecológicos e a estabilidade dos ecossistemas. Os sistemas homogêneos da monocultura rompem com a base desses processos, em especial os processos biogeoquímicos (ciclo de nutrientes), hídricos (ciclo hidrológico), e de equilíbrio biótico ou regulação de populações (Altieri, 2002 e Gliessman, 2001). Esse rompimento vai desestabilizar os sistemas camponeses do entorno e vai, muitas vezes, inviabilizar a permanência das famílias no local. Além disso, a expansão das monoculturas se dá muitas vezes através da apropriação de terras de uso comum-ancestral das comunidades, como é o caso das chapadas no bioma do Cerrado (Mazzetto Silva, 2005a). É a desterritorialização forçada que o agronegócio vai impondo ao campesinato, fato que não aparece nas contas de nosso superávit comercial, nem nos noticiários ufanistas sobre a eficiência desse setor exportador.

28

5 - Conhecimento local e o lugar da territorialidade camponesa

A abordagem que procuro elaborar aqui, busca valorizar, do ponto de vista político, cultural e ecológico o conhecimento local das populações rurais, articulado aos seus modos de vida e produção. Esta perspectiva interage fortemente com diversos conceitos- força da Geografia, que tem sido, inclusive, usados de forma excludente.

Em primeiro lugar, acredito esse tipo de abordagem naturalmente valoriza o local, ou seja, a dimensão e a escala dos lugares (espaço vivido), estabelecendo uma dialética com a perspectiva que prioriza a análise sempre a partir do fenômeno e da lógica globalizante. Como afirma Escobar:

“... para alguns, a ausência de lugar – uma ‘condição generalizada de desenraizamento’, como alguns a denominam – se converteu no fator essencial da condição moderna, uma condição muito aguda e dolorosa em muitos casos, como no dos exilados e refugiados. Seja no sentido de o celebrar ou denunciar, o sentido de ‘atopia’ parece haver se instalado” (Escobar 1996: 113).

O fortalecimento do conceito de lugar, com ênfase nas suas especificidades sócio- culturais, econômicas e ecológicas e na relação homem/meio (ou comunidade/natureza), traz junto, um sentido profundo e estratégico para a noção de territorialidade²⁹ (e para o processo dicotômico territorialização/desterritorialização, enraizamento/desenraizamento, construção/desconstrução de identidades sócio-espaciais), o que, numa abordagem voltada para o espaço rural, abre o diálogo com disciplinas acadêmicas “tradicionais” como a antropologia e a ecologia³⁰, mas também, com novas abordagens transdisciplinares como a etnoecologia (Toledo, 1996), a ecologia humana (Cavallini, 2001), a ecologia política (Leff, 2003) e a agroecologia (Altieri, 2002 e Gliessman, 2001). Esse fortalecimento tem também papel estratégico para o aprofundamento conseqüente e não pasteurizado do conceito de sustentabilidade, porque esta só pode ser local. Sem sustentabilidade local, a sustentabilidade global é uma abstração inútil, um discurso vazio, desterritorializado e desmaterializado. Na relação com a noção de territorialidade, alguns princípios da noção de sustentabilidade têm que ser explicitados. Assim a perspectiva da sustentabilidade:

- refere-se a uma relação Sociedade-Natureza onde a noção de pertencimento e de relação afetiva com o lugar/ ecossistema no qual se está inserido;
- reforça a noção de lugar de viver e do valor de uso – lugar-hábitat, território-abrigo (mas também recurso), “lugar do exercício da vida” (Milton Santos);
- reforça a noção de produzir a partir dos fluxos e ciclos dos ecossistemas e não contra eles (conhecimento ecológico para o manejo sustentável dos agroecossistemas);
- reforça o princípio da precaução ou da prudência ecológica;
- reforça o princípio da diversidade (ecológica e cultural), do diálogo de saberes e da democracia e gestão participativa.

Uma sociedade sustentável só poderá ser factível, se ela for o abrigo de um mosaico de modelos locais, onde o conceito de sustentabilidade se materialize, sob a forma de configurações sócio-espaciais-produtivas portadoras de relações ser humano- sociedade/natureza moldadas pelas especificidades sócio-culturais e ecológicas do lugar. Guzmán e Mielgo (1994) utilizam o termo etnoecossistemas para definir lugares rurais moldados pela interação entre cultura e natureza.

Perguntas importantes emergem dessa perspectiva e dessa abordagem, como as que faz Escobar sobre a natureza do conhecimento local:

“... Se todo conhecimento está materializado ou não; se o conhecimento materializado pode ser visto como formal ou abstrato de alguma maneira; se opera e está organizado de maneiras contrastantes, ou assemelha-se ao discurso científico de alguma maneira; ou se existe um contínuo ou um ‘viraje’ esporádico entre o conhecimento prático e o conhecimento teórico/formal que emerge de uma sintomática reflexão sobre a experiência, todas estas são perguntas abertas. E qual é a relação entre o conhecimento e a construção de modelos?... Efetivamente, os modelos locais são ‘experimentos de vida’, se desenvolvem através do uso na imbricação das práticas locais, com processos e conversações mais amplos” (Escobar, 2000: 122).

Mais à frente:

“Em termos gerais, o que é mais importante destes modelos, desde o ponto de vista do lugar, é que se poderia afirmar que constituem um conjunto de significados-uso que, ainda que existam em contextos de poder que incluem mais e mais as forças transnacionais, não podem ser reduzidos às construções modernas, nem serem explicados sem alguma referência a um enraizamento, aos limites³¹ e à cultura local. Os modelos de cultura e conhecimento se baseiam em processos históricos, lingüísticos e culturais que, ainda que nunca estejam isolados das histórias mais amplas, retém, sem dúvida, certa especificidade do lugar. Muitos dos aspectos do mundo natural se colocam em lugares... Quicá é tempo de renovar nossa consciência dos vínculos entre lugar, experiência e a produção de conhecimento” (Escobar, 2000: 124).

Essa abordagem problematiza questões bastante atuais sobre os binômios local/global e tradicional/moderno:

“O lugar – como a cultura local – pode ser considerado o outro da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade” (Escobar, 2000: 127).

Milton Santos também aponta uma redescoberta da dimensão local na história do nosso tempo, repondo a questão do lugar numa posição central (Santos: 1997: 252). Escobar chega a

colocar a perspectiva do lugar como projeto político alternativo à hegemonia do pensamento globalizante, indo, de certa forma, na direção do combate ao que Milton Santos chamou de “globalitarismo”, ou seja, uma globalização de pensamento único, que exclui a democracia porque gera um totalitarismo na vida cotidiana (Carvalho et al, 2000: 11):

“Quiçá nas análises de Dirlik são mais fundamentais as conseqüências do abandono do lugar, por categorias atuais da análise social tais como classe, gênero e raça (e deveríamos acrescentar aqui o meio ambiente), que fazem com que essas categorias sejam suscetíveis de converter-se em instrumentos de hegemonia. Na medida em que tem sido significativamente separadas do lugar no ‘frenesi da globalização’ das ‘identidades desterritorializadas’ – e em muitos discursos que privilegiam as viagens, a mobilidade, o deslocamento e a diáspora – as noções contemporâneas da cultura não logram escapar a este perigo, porque tendem a assumir a existência de uma força global à qual o local está necessariamente subordinado. Sob estas condições, é possível ançar uma defesa do lugar, na qual o lugar e o local não derivem seu significado da justaposição ao global? Quem fala pelo ‘lugar’? Quem o defende? Como um primeiro passo na resistência à marginalização do lugar, Dirlik convoca a distinção feita por Lefebvre entre o espaço e o lugar (entre primeiro e segundo espaço, no trabalho de Lefebvre), em especial sua noção de lugar como uma forma de espaço vivido e enraizado e cuja reapropriação deve ser parte de qualquer agenda política radical contra o capitalismo e a globalização sem tempo e sem espaço” (Escobar, 2000:128).

Há, portanto, um sentido maior no debruçar sobre o conhecimento local. O lugar, deslocado do conhecimento dos que o constroem, fica abstrato e inerte, apenas um retrato sem vida, descontextualizado e guiado, em geral, por um olhar externo que acaba não captando a formação e lógica das territorialidades locais.

Abordagens para apreensão do conhecimento local

Na abordagem etnoecológica de Toledo (1996), o desvendamento do conhecimento e das práticas camponesas deve contemplar a relação que se estabelece entre o “corpus” e “práxis” dos agricultores. O corpus é definido como o repertório total de símbolos, conceitos e percepções sobre a natureza, ou seja, é de caráter cognitivo. A práxis é concebida como o conjunto de operações práticas, através das quais se realiza a apropriação material da natureza, ou seja, tem a ver com a experiência. Dessa forma, é possível se estabelecer a conexão entre o sistema produtivo camponês, suas atividades, técnicas e organização espacial, e a lógica e a racionalidade que o dirigem e o conformam, comportando aí o conjunto de valores, hábitos e crenças (cosmovisão) que atribuem identidade às comunidades rurais. Esta abordagem se apresenta, de certa forma, coerente com uma perspectiva de articulação das dimensões simbólica e material do espaço, que juntas e integradas, definem territorialidades específicas. Toledo ainda ressalta que a racionalidade ecológica da produção camponesa é coerente com a noção de sustentabilidade, entre outras razões, por favorecer duas características ambientais: a heterogeneidade espacial e a diversidade biológica.

Uma outra linha de entendimento das relações entre o cognitivo e a experiência é elaborada pela biologia fenomenológica de Maturana, Varela e colaboradores (citados por Escobar, 2000) que reforça a noção de um *continuum* entre cognição e experiência. Estes autores procuram sustentar que a cognição sempre é a experiência arraigada que se leva a cabo num contexto histórico e que sempre se deve teorizar desde o ponto de vista da ininterrupta coincidência de nossa existência, nosso fazer e nosso saber. Cada ato de conhecimento produz um mundo, sugerindo nossa inelutável dupla corporiedade – a do corpo como estrutura experimental vivida e como contexto da cognição. Essa noção acaba por questionar radicalmente as relações binárias e assimétricas entre natureza e cultura, teoria e prática, o fazer e o conhecer.

A meu ver, a perspectiva acima não invalida obrigatoriamente a distinção entre *corpus* e *práxis*, mas provoca a necessidade de um olhar inteiro, integrado, não fragmentado, onde não há uma anterioridade e um determinismo unilateral de um sobre o outro, mas sim uma construção simultânea, contínua, circular, reforçando novamente uma perspectiva de co-evolução biológica e social. Esta circularidade constitutiva da existência, coloca nossa experiência acoplada a um mundo circundante, o qual aparece pleno de regularidades, que são a cada instante, o resultado de nossa construção histórica. O “pacote” completo de regularidades próprias ao vínculo de um grupo social é a sua tradição biológica e cultural (Escobar, 2000: 123). Essa perspectiva se mostra bastante útil para o estudo dos modelos locais de conhecimento e de relação com a natureza, em especial de modelos indígenas e camponeses, onde o conhecimento e a tradição claramente se constroem numa intensa e ininterrupta interação/convivência (*práxis*) com o ambiente natural. As territorialidades são construídas então, nesse processo de co-evolução comunidade/ecossistema. Na agricultura empresarial moderna, por outro lado, o vínculo e as práticas são forjados numa lógica de relação predominantemente mercantil, onde o ambiente ocupa o lugar de suporte de atividades comerciais e não de habitat. O modo de produção, neste caso, é determinado por um modo de vida construído fora do lugar de produção, que, inclusive, geralmente não coincide, com o lugar de moradia do empresário rural, nem com o lugar onde são tomadas as decisões sobre o processo produtivo (exemplo: laboratórios de pesquisa das corporações). Abre-se aí uma clivagem entre espaço vivido e espaço explorado (valor de troca), dificultando aproximações com a noção de sustentabilidade, entendida como resultante de um processo de territorialidade onde a relação afetiva e extra-mercantil (valor de uso) com o lugar joga um papel-chave. Talvez nessa perspectiva, esteja a raiz da diferenciação entre envolvimento e des-envolvimento, estando, fundamentalmente, no primeiro, o potencial compatível com a noção de sustentabilidade.

Biodiversidade e territorialidades tradicionais

As teorias conservacionistas, oriundas do pensamento moderno e do modelo norte-americano de parques sem moradores, tem partido do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem, sem que sejam feitas quaisquer distinções entre as várias formas de sociedade: urbano-industrial, tradicional, indígena, etc. (Arruda e Diegues, 2001). A própria teoria dos ecossistemas, apesar dos esforços de Odum (1988), não escapou da tendência a considerar os humanos exteriores aos ecossistemas, passando a se preocupar com áreas chamadas de “naturais” ou “virgens”, nas quais poderiam ser analisadas as cadeias tróficas e energéticas em seu clímax, antes da intervenção humana. Sendo assim, a biodiversidade, como parte fundamental desses ecossistemas, é também um produto natural e sua conservação pressupõe a ausência humana, reforçando o paradigma moderno da separação homem-natureza. Nesse contexto, as unidades de conservação vão se tornando *ilhas de conservação* em meio a um mar de degradação. Por isso, mais recentemente, vai ascendendo a noção de *corredores ecológicos* que sejam capazes de fazer a conexão geográfica e biológica entre os fragmentos vegetacionais que remanesceram.

Ao contrário desta tendência, Arruda e Diegues³² (2001: 15) vão afirmar que *“biodiversidade não é só um produto da natureza, mas, em muitos casos, é produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular das sociedades tradicionais não-industriais”*.

Estes autores reconhecem a dificuldade de se definir o que sejam sociedades (ou populações) tradicionais, sua aproximação com outras noções como de povos nativos, sociedades parciais, povos dos ecossistemas e outros. Referem-se ainda à necessidade de não se prender a uma visão estática, rígida e imutável do que possam ser as sociedades tradicionais.

“Estamos cientes, ainda assim das limitações de tais definições já que, a rigor, todas as culturas e sociedades têm uma ‘tradição’. Por outro lado, tipologias como essas, baseadas num conjunto de ‘traços culturais’, empíricos tendem a apresentar

rigidez simplificadora, dificultando a análise dessas sociedades e culturas como fluxos socioculturais dinâmicos e em permanente transformação” (Arruda e Diegues, 2001: 27).

Apesar destas dificuldades e limites, os autores afirmam que, no contexto em que essas populações estão inseridas, estes conceitos (populações e sociedades tradicionais) são importantes porque permitem uma caracterização diferenciadora e contrastante com a sociedade urbano-industrial-ocidental-moderna, propiciando então o reconhecimento e a legitimação de uma identidade própria, que tem repercussões no plano das relações com o Estado, na reivindicação por direitos territoriais e culturais específicos.

O que se chama hoje de sociedades ou populações tradicionais, na verdade, tem a ver com um longo processo de constituição no Brasil de uma *cultura rústica* (Cândido, 1964), que na verdade são várias. Darcy Ribeiro (1977) distingue as seguintes: cultura crioula, cultura caipira, cultura sertaneja, cultura cabocla e cultura gaúcha. Mas certamente, essas são apenas uma parte ou uma enorme simplificação da diversidade das culturas rurais que se constituíram no território brasileiro.

“Essa cultura rústica brasileira coexistiu tanto com as fazendas monocultoras quanto com as fazendas de gado, constituindo a base da produção do abastecimento para essas empresas e para os povoados, e expandindo-se por todo o Brasil à medida que encontrava terras devolutas para reproduzir seu modo de vida.”³³

Em outras palavras, as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem. Processo paralelo ocorreu com os povos ‘desindianizados’ que se mantiveram como comunidades relativamente fechadas, mas perdendo sua identidade étnica, convergiram para o modelo da cultura rústica” (Arruda e Diegues, 2001: 31).

A emergência da questão ambiental nos últimos anos, ajudou a lançar novas luzes sobre esses modos arcaicos de produção. Ao deslocar o eixo de análise do critério da produtividade para o do manejo sustentado dos recursos naturais, propiciou uma reavaliação dos modelos de cultura rústica, **cuja permanência no tempo é o melhor demonstrativo prático da noção de sustentabilidade.**

Nesse esforço conceitual, afinal, Arruda e Diegues elencam 11 características definidoras das **sociedades tradicionais**:

- dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração.
- noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
- reduzida acumulação de capital;

- importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;
- fraco poder político que, em geral, reside nos grupos de poder dos centros urbanos;
- auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta (Arruda e Diegues: 2001: 26).

Duas constatações são importantes e devem ser registradas aqui. Em primeiro lugar, percebe-se que uma parte importante dessas características se confunde com a noção de campesinato, cuja conceituação (em especial a culturalista, oriunda da antropologia, mas também a chayanoviana) já encerra um caráter de tradicionalidade.

Outra constatação é de que essas relações simbióticas e o conhecimento aprofundado da natureza só podem se constituir num processo longo de convivência com e aprendizado sobre o ecossistema que determinada população historicamente habita. É o que Noorgard e Sikor (2002) chamam de **co-evolução entre o sistema social e sistema natural. Esse processo é que vai dando o caráter de lugar e de território ao espaço vivido e usado.** Marques vai enunciar esse fenômeno de forma muito clara e pertinente ao enfoque deste trabalho.

“O modo de vida tradicional se caracteriza por uma sociabilidade territorializada, preferencialmente em escala local, informada por um sentimento de pertencimento ao lugar” (Marques, 2004: 153).

As diversas formas de co-evolução e interação comunidade-natureza geraram inúmeros modelos locais que encerram modos específicos de manejar e interagir com a biodiversidade.

A partir de estudos realizados com populações negras, inseridas na região de florestas tropicais da região do Pacífico colombiano, Escobar aponta que a biodiversidade é definida por esses povos como “território mais cultura”. Esta definição se articula com uma visão do Pacífico como um “território-região” de grupos étnicos, uma unidade ecológica e cultural, que é um espaço laboriosamente construído através de práticas cotidianas culturais, ecológicas e econômicas das comunidades negras e indígenas. De acordo com o autor “*são precisamente estas dinâmicas eco-culturais complexas as que raramente são tomadas em conta nos programas de Estado, os quais dividem o território de acordo a seus princípios – por exemplo, a bacia de um rio, dessa maneira passando por cima da complexa rede que articula a atividade de vários rios – e que fragmenta a espacialidade culturalmente construída de paisagens particulares, precisamente porque não vêem a dinâmica sócio-cultural*” (Escobar, 2000: 131).

Nesta perspectiva, o território-região seria uma categoria administrativa de grupos étnicos que aponta para a construção de modelos alternativos de vida e sociedade. Em outras palavras, **o modo de vida e de produção desenha um ordenamento territorial próprio**, resultante de uma interação entre cultura e ambiente, que escapa da subordinação às lógicas modernas mercantilistas, reducionistas e homogeneizadoras.

Cabe observar que onde o desenvolvimento agrícola modernizante penetrou, ele se deu não só destruindo formas tradicionais de viver e produzir (envolvimento entre população e ecossistema), mas também erradicando a biodiversidade nativa para implantação dos sistemas homogêneos e simplificados das monoculturas modernas. Cria-se um novo ordenamento territorial, a partir de uma racionalidade externa ao lugar, desterritorializando as populações locais. Onde esse recurso da biodiversidade, hoje tão cobiçado, resistiu? Certamente não foi no chamado mundo desenvolvido e sim no Terceiro Mundo, mas, em particular, em suas áreas consideradas mais pobres e subdesenvolvidas. Basta olharmos para o Brasil, país-território que se constitui hoje no maior

portador de biodiversidade do planeta. Mas onde está nossa biodiversidade remanescente? Na Amazônia, em áreas menos ocupadas pelo agronegócio no Cerrado, no Pantanal³⁴, em regiões marginais da região Sudeste como o Vale do Ribeira em São Paulo, considerada a área mais pobre do estado e onde está presente o maior remanescente de Mata Atlântica do país. Quem sobrevive nesses locais? Índios, seringueiros, caboclos, ribeirinhos, geraizeiros, pantaneiros, caiçaras, quilombolas. Portanto, há, em geral, **uma associação espacial entre presença de populações rurais tradicionais (pobres, subdesenvolvidas?) e de remanescentes de cobertura vegetal nativa**, portadores do nosso hoje cobiçado patrimônio genético.

Estas áreas, por sua alta biodiversidade, vêm sendo, em muitos casos, objeto de implantação de unidades de conservação de proteção integral, a partir de critérios científicos, oriundos da *biologia da conservação*. Essa abordagem entende a biodiversidade como fruto exclusivo da natureza e que seu conhecimento deve ser de domínio privilegiado dos cientistas, que, em alguns casos, prestam serviços a corporações transnacionais que vêm os recursos da biodiversidade como oportunidade de grandes lucros.

“Para que esse conhecimento seja produzido sem interferência alheia, o cientista necessita usualmente de um não-lugar, de um parque nacional ou de uma outra área de proteção que não permita a presença daquelas populações tradicionais que colaboraram para que aquele pedaço de seu território se mantivesse preservado” Arruda e Diegues (2005: 33).

Atualmente, através do chamado direito de propriedade intelectual e das leis de patenteamento de cultivares (e também amparados agora no Brasil com a nova lei de biossegurança), o capital transnacional procura se apropriar desses recursos secularmente conservados, manipulados e desenvolvidos por essas populações. É a nova forma de colonização global que se legitima com esse aparato legal e se instrumentaliza através da ferramenta da engenharia genética. Como nos informa a indiana Vandana Shiva:

“Por meio de patentes e da engenharia genética, novas colônias estão sendo estabelecidas. A terra, as florestas, os rios, os oceanos e a atmosfera têm sido todos colonizados, depauperados e poluídos. O capital agora tem que procurar novas colônias a serem invadidas e exploradas, para dar continuidade a seu processo de acumulação. Essas novas colônias constituem, em minha opinião, os espaços internos dos corpos de mulheres, plantas e animais. Resistir à biopirataria é resistir à colonização final da própria vida – do futuro da evolução como também do futuro das tradições não-ocidentais de relacionamento com e conhecimento da natureza. É uma luta para proteger a liberdade de evolução de culturas diferentes. É a luta pela conservação da diversidade cultural quanto biológica” (Shiva, 2001: 28).

6 - Os lugares e saberes das ruralidades tradicionais dos Cerrados

O *patrimônio cultural sertanejo* que se constituiu no Cerrado, citado no Capítulo II, foi absorvido, de uma forma ou de outra, pelos atores dos dois principais modelos de ocupação do sertão: o latifúndio do gado e as comunidades camponesas. Estas últimas, em função da necessidade e de uma relação menos mercantil com os cerrados (sistemas ecológicas (ciclos de cheias e vazantes) se mostraram pouco propícias para a expansão da agricultura moderna. baseados na subsistência), conseguiram manter e talvez ampliar o conhecimento indígena de uso de plantas e animais do Cerrado, conservando e, ao mesmo tempo recriando, as práticas extrativistas oriundas dos povos indígenas.

Esse fato é corroborado por diversos estudos recentes, como a dissertação de mestrado de Flávia Maria Galizoni (2000) no alto Jequitinhonha, região particular dos cerrados mineiros, onde as chapadas se encontram com as serras do Complexo do Espinhaço e com o vale

profundo do rio Jequitinhonha, gerando um mosaico de paisagens, meticulosamente exploradas pelas populações locais há cerca de 200 anos. Na primeira parte de seu estudo, a autora descreve a relação das comunidades camponesas locais com a natureza, a lógica de uso dos recursos naturais e as normas e códigos de regulação e distribuição desses recursos. Os lavradores distinguem 3 tipos de ambiente básicos da região: *cultura*, *catinga* e *campo*. Essa estratificação determina e orienta a lógica espaço-temporal de apropriação da natureza. A *cultura* é o terreno fresco, localizado próximo aos cursos d'água (fundo de vale) ou nas grotas, ideais para o cultivo de *mantimentos*. Estão relacionados a uma determinada cobertura vegetal nativa de mata onde predominam espécies que denotam a fertilidade do terreno. As *caatingas* geralmente se localizam nas cabeceiras dos córregos e nas vertentes, se constituem numa terra de fertilidade intermediária, onde são cultivadas lavouras mais rústicas como mandioca e abacaxi. Já o *campo* ou *carrasco* é o ambiente do cerrado mais típico, localizado nas partes mais altas da paisagem (chapadas e serras). São exploradas principalmente para solta do gado em comum e para o extrativismo de madeira, lenha, frutas e plantas medicinais.

As terras de cultura são manejadas com base na estratégia da roça de coivara e do pousio para recomposição da fertilidade. Essas terras são escassas na região, o que exige uma atenção especial a elas e uma distribuição cuidadosa desse recurso precioso.

“A disposição do recurso fertilidade coloca para as famílias de lavradores um problema fundamental, que diz respeito ao estoque de terras disponíveis para a lavoura: as roças são feitas em sua maioria nas terras de cultura, mas esta é escassa. A forma pela qual as famílias resolveram esta questão foi conhecer, discriminar e usar; construíram comunitariamente técnicas de classificação intrinsecamente ligadas ao uso. Criadas a partir da escassez de um recurso – terra de cultura – são sistemas de produção maiores que uma resposta à escassez; são sistemas que incluem toda uma ordenação de uso do ambiente” (Galizoni, 2000: 11).

As roças são sempre um arranjo combinado de diversas espécies – milho, feijões, abóbora, guandu, quiabo, algodão. As roças de cana e mandioca são combinadas com outras apenas no plantio, permanecendo *solteiras* após a colheita das culturas plantadas entre as *ruas* que ordenam o seu plantio. As áreas em pousio recebem usos não agrícolas – coleta, caça, pastagens e reserva de recursos naturais.

“Na técnica de lavoura desenvolvida pelas famílias do alto Jequitinhonha, a manutenção da vegetação nativa é muito importante: a natureza é elemento constitutivo da roça. As famílias necessitam sempre de áreas com vegetação e cobertura vegetal para iniciar um novo ciclo de plantio. Por isso, é necessário deixar as áreas de lavoura enfaixinar por um período, descansar as terras do plantio para criar vegetação e, através deste processo, recuperar parcialmente sua fertilidade. O sistema de agricultura no alto Jequitinhonha é composto por um movimento pendular, onde numa extremidade localiza-se a natureza e no outro a lavoura. Tal qual um tabuleiro de xadrez assimétrico, o espaço nas comunidades rurais do alto Jequitinhonha é esquadrinhado, alternando mato e roça, lavoura, criação e extração” (Galizoni, 2000: 19).

A atividade de extrair recursos naturais da natureza é designada muito propriamente pelos lavradores locais como *recursagem*. Ela significa mais do que uma coleta aleatória, representa uma extração ordenada pressupõe um recurso ofertado pela natureza, mas adquirido pela intervenção humana. É um potencial da natureza *recursado* pelo conhecimento sistematizado e conjunto de técnicas da família, que está embasado numa classificação e discriminação do meio, passada de geração a geração. Um levantamento local, registrou 43 espécies só de frutas e palmitos coletados pelas famílias para alimentação, a maioria dos campos e chapadas. A riqueza da biodiversidade desse ambiente é ilustrada pela fala um agricultora local: *“A gente passa o dia todo*

na chapada sem levar nada para alimentar, só com fruta do mato”. (Margarida, comunidade de Alegre in Galizoni, 2000: 21). As frutas são usadas não só *in natura* para alimentação humana, mas também para produzir óleo comestível, fazer doces e compotas. A caça de animais e aves provê, com uma certa frequência, as famílias de carne. Uma grande quantidade de plantas fornece sementes, casca e folhas para remédios e unguentos. Além disso, a autora ressalta outros produtos da *recursagem*.

“Da natureza se retira toda a matéria-prima necessária para construir as casas, barro para fazer telhas, outros para fazer adobes (tijolo cru secado ao sol), argila tabatinga para pintura da casa, os fogões e fornos, madeira para travamento do telhado, para portas, janelas e para fabricar os móveis. Cordas são feitas de casca de embira, jacás e cestos são feitos de taquara e cangalhas de madeira. Há uma enormidade de ofertas que a natureza propicia para a o uso das famílias” (Galizoni, 2000: 21).

Ao contrário de uma exploração aleatória e desordenada, a autora argumenta que as comunidades rurais do alto Jequitinhonha desenvolveram normas de exploração desses recursos, que constituem formas de gestão comunitária das ofertas da natureza, baseados em critérios de sustentabilidade, mesmo que esse termo não faça parte do vocabulário local.

“As áreas de extração são regidas por códigos que combinam a necessidade das famílias e comunidades com o recurso em questão. Aqueles tidos como “renováveis”, os capins nativos e leguminosas para o gado, as plantas medicinais, frutos, lenha e caça são explorados comunitariamente, e o limite é o tanto de extração que a área comporta sem pressionar em demasia os recursos. Qualquer membro da comunidade – e só dela – pode caçar ou colher. Assim, cada família e grupo de vizinhança estabelece sua área de extração e coleta, que se torna muito rígida quando esses recursos escasseiam” (Galizoni, 2000: 22).

Assim, a regulação da extração e exploração dos recursos naturais tem esferas familiares e comunitárias e a propriedade familiar não veda o uso comunitário. Há uma mediação, portanto, entre propriedade e uso e entre *terra* e *recurso ambiental*. A primeira pode ser apropriada de forma individual, mas o segundo não. Nas trocas estabelecidas entre famílias e comunidades com a natureza, os dons cuja existência e reprodução não decorrem da intervenção humana, não podem ser apropriados de forma exclusivamente privativa; podem, isto sim, ser usados de forma privada.

Já a dissertação de mestrado de Dayrell (1998) versa sobre o uso da biodiversidade pelos *geraizeiros* do norte de Minas, moradores antigos dos vales encravados nas chapadas dos “topos do Espinhaço”, que dividem as bacias do São Francisco e do Jequitinhonha. Nessa região³⁵, os cerrados se tocam com a caatinga, presente na vertente oeste do Espinhaço, bacia do São Francisco. O contraste de ambientes e de culturas fez com que o povo da caatinga (catingueiros) chamasse os agricultores da chapada (gerais) de *geraizeiros*. São duas identidades vizinhas, caracterizadas por territorialidades específicas, forjadas no processo de co-evolução entre o meio sócio-cultural e o meio natural.

O estudo de Dayrell constatou na *práxis* dos *geraizeiros*, estratégias que articulam roças e quintais diversificados nos vales, com extrativismo e solta do gado nas chapadas. De 4 unidades produtivas pesquisadas com mais detalhe, o autor registrou:

- quintais com até 26 espécies e até 73 variedades cultivadas;
- uma horta com 54 espécies e 67 variedades cultivadas;
- roças com até 6 espécies e 15 variedades;
- 13 variedades de cana numa só unidade produtiva;
- um total de 23 variedades de mandioca nas 4 unidades produtivas;
- extrativismo de até 78 espécies nativas do cerrado.

O saber dos geraizeiros no manejo dos recursos naturais é sintetizado na seguinte passagem da dissertação:

“Os agroecossistemas pesquisados têm em comum a produção baseada na maximização do aproveitamento dos recursos locais, das potencialidades das distintas unidades da paisagem e das especificidades dos agroambientes³⁶. Desde as construções das habitações, das instalações agrícolas, equipamentos e instrumentos de trabalho até os utensílios domésticos, a maioria são fabricados ou construídos localmente. O barro, a madeira, os frutos (cabaça, por exemplo), as folhas, os cipós, são usados em profusão e com muita maestria” (Dayrell, 1998: 134).

Na análise econômica realizada nas 4 unidades, **a contribuição do extrativismo na produção bruta anual variou entre 23 a 42%!.** Vale salientar que as comunidades pesquisadas enfrentam, desde a década de 70, o fechamento das áreas comuns de solta e extrativismo, provocado pela sua ocupação por firmas “reflorestadoras”, que tomaram as chapadas, consideradas terras devolutas e cedidas legalmente pela Ruralminas, órgão do governo de Minas Gerais, responsável na época, pelo destino e titulação dessas áreas. Dayrell afirma que os geraizeiros se constituem numa identidade de resistência em confronto com a modernidade – o confronto entre envolvimento local e desenvolvimento exógeno, entre o povo tradicional do lugar e os modernos de fora.

“Em Riacho dos Machados, o processo de modernização da agricultura foi orientado para atender o pólo guzeiro do estado de Minas Gerais, fornecendo o carvão vegetal demandado pelo setor siderúrgico... Nas regiões de gerais, as conseqüências deste processo para os geraizeiros que não foram expulsos de imediato, foi a crescente desarticulação de suas estratégias produtivas, assentadas no aproveitamento das potencialidades dos distintos agroambientes onde a biodiversidade agrícola e da flora nativa cumpriam um papel fundamental. Esta desestruturação, percebida com clareza pelo conjunto dos geraizeiros entrevistados... Nas regiões de gerais, o desmatamento generalizado da vegetação nativa e a implantação das monoculturas de eucalipto nas chapadas encurraláramos camponeses nas encostas e brejos remanescentes. Com os brejos secos, impedidos no acesso às áreas “de solta”, com a perda de inúmeras variedades tradicionais de milho e feijão, substituídas pelas variedades melhoradas ou híbridas (menos adaptadas aos estresses ambientais dos gerais), estes agricultores tiveram que reorientar suas estratégias produtivas, intensificando a cultura da mandioca ou da cana. O cultivo e o pastoreio mais intensivo de suas terras provocou um rápido processo de degradação dos solos e da vegetação nativa. Em substituição à criação de gado, os camponeses incrementaram a criação de aves e passaram a coletar mais intensivamente os frutos nativos das áreas dos cerrados remanescentes. A inviabilização dos seus agroecossistemas obrigou-os a conciliarem com o trabalho fora, seja como assalariados permanentes ou trabalhadores temporários. O empobrecimento foi visível e muitos se sujeitaram a receber cestas básicas distribuídas pelo governo federal, o que lhes acrescentava apenas um mínimo na dieta alimentar. Nas regiões em que os agricultores resistiram ao cercamento de suas terras e à implantação no entorno de projetos de reflorestamento, mesmo não tendo acesso às políticas sociais, ou incorporando apenas parcialmente os pacotes tecnológicos da agricultura dita moderna, estes conseguiram um nível de produção suficiente para garantir a sua reprodução social. Mais ainda, ao manterem suas estratégias produtivas tradicionais, garantiram, subsidiariamente, a preservação do entorno ambiental, com alterações pouco significativas na dinâmica e no funcionamento dos ecossistemas” (Dayrell, 1998: 145 e 147).

A pressão dos sistemas modernos sobre os sistemas camponeses é comum nos cerrados. Ela se configura num novo ordenamento fundiário e territorial: a modernidade ocupa as chapadas, transforma as terras comuns em privadas, confina os camponeses nos vales, erradica a biodiversidade, base do extrativismo, fecha o espaço da “solta” do gado. Seus sistemas ainda causam desequilíbrios hidrológicos que se manifestam de diversas formas: assoreamento das veredas e pequenos córregos; secamento de nascentes, brejos, lagoas e diminuição da vazão dos cursos d’água em função do abaixamento do lençol freático causado pela implantação de culturas de alto consumo hídrico (como o eucalipto) e pela utilização de irrigação com pivôs centrais, que faz a inversão do ciclo hidrológico natural: tira enormes quantidades de água dos lençóis subterrâneos e dos cursos d’água para levá-la às unidades mais altas da paisagem (chapadas) que antes cumpriam a função de áreas de recarga e que agora, ocupadas com as monoculturas irrigadas, se transformam em áreas de alto consumo hídrico, esgotadoras deste recurso.

O desprezo pelos camponeses e por seus saberes é uma das marcas do desenvolvimento nos cerrados. A fala de dois pesquisadores no V Simpósio sobre o Cerrado no final da década de 70 ilustra este fato:

“Nas regiões tropicais de solos pobres os sistemas mais conhecidos de utilização dos recursos naturais são o extrativismo e a agricultura itinerante. Esses sistemas, em geral, apenas produzem para as necessidades mínimas do agricultor e sua família. Não podem, por isso, contribuir para o desenvolvimento de uma região. A ocupação das novas áreas da Amazônia e do Cerrado deve ser feita com o propósito de contribuir para melhorar as condições de vida das populações rurais. Dentro deste princípio, não nos deve interessar o extrativismo, a agricultura itinerante nem qualquer outra modalidade de agricultura de baixa rentabilidade. Para se promover o desenvolvimento econômico de uma região com base na utilização da terra, a agricultura tem forçosamente de se orientar para a produção comercial de colheitas com boa aceitação nos mercados (Mosher, 1970). Como já disse anteriormente (Alvim, 1978), a única ‘vantagem aparente’ da agricultura de subsistência ou de baixa renda é a de esconder a pobreza no interior do país e reduzir o crescimento das favelas³⁷” (Alvim e Silva, 1980: 155).

Essa pérola identifica o pensamento moderno/desenvolvimentista - no auge da euforia de sua ocupação dos cerrados - que, de fora do lugar, possui o conhecimento técnico sobre o que é melhor para o povo do lugar. Infelizmente, não conseguiu descobrir ainda como *reduzir o crescimento das favelas* – um mistério insondável para a racionalidade do desenvolvimento modernizante.

Também constatei este conflito entre sistemas modernos e camponeses em duas comunidades do vale do Riachão³⁸ que estudei na minha dissertação de mestrado (Mazzetto Silva, 1999). Ali também, a monocultura do eucalipto contorna as comunidades camponesas e 8 pivôs centrais sugam as águas das cabeceiras do rio, que já não corre mais na estação seca, deixando as comunidades desabastecidas. O caso chegou a ser até capa da revista Globo Rural (dezembro de 1998) que retratou o conflito na matéria “O Pivô da Discórdia”. O caso simboliza também o fracasso do poder regulador do estado, que, com todo o aparato da nova legislação de recursos hídricos, não foi capaz até hoje de resolver a questão, o que só é possível com a paralisação ou redução substantiva da irrigação³⁹.

O estudo abrangeu 22 unidades produtivas com tamanho entre 3,0 e 62,0 ha (média de 28,5 ha). Nesse lugar, o povo, apesar de se perceber no Gerais, se identifica como sertanejo; não há o convívio contrastante com os caatingueiros. Os camponeses identificam 4 ambientes básicos na sua região, muito relacionados ao tipo de terra: brejo/vazante, terra de cultura (encostas férteis), terra de pedra ou “malhada” e cerrado (terra de areia). O cerrado típico (última categoria) ocupa 53% da área das propriedades pesquisadas e é utilizado para o pastejo do gado (pasto plantado ou natural) e para o extrativismo. Foram citadas 54 espécies nativas utilizadas para

diversos fins pela população, sendo a maioria delas oriunda dessa unidade da paisagem. Os pastos naturais ocupam 34% da área das propriedades, o que quer dizer que a maior parte dos cerrados nativos está conservado na sua fisionomia básica, convivendo com o gado e com o extrativismo⁴⁰. E os pastos plantados conservam uma quantidade significativa de árvores, estratégia adotada inclusive, para enfrentar o tempo cada vez mais seco.

*“Tem pequiheiro demais nessa manga⁴¹ ... Tem muito arvoredo e é proibido derrubar... Num **pode** raleá muito não... Se ficar descoberto morre e se deixar muito arvoredo morre também”* (S. Bento).

“Porque hoje até o pasto jamais conserva sem a madeira, aí acaba” (S. Belarmino).

“Debaixo dos pau, o capim conserva mais” (genro de Manoel Preto).

“Povo de primeiro, falava que tinha de derrubá tudo... hoje com a falta de chuva que tá, tem que ter a sombra, apesar que o capim ainda ficá meio ralo mesmo lá, mas conserva bastante” (S. Belarmino).

O confinamento nos vales aqui também é visível, o que leva a uma super-exploração das encostas e das vazantes. O escasseamento e contaminação das águas são evidências fortemente sentidas pela população local. Na verdade todo o ambiente vem se tornando mais seco: os brejos vêm secando a cada ano, os pastos plantados têm vida útil bem menor que no passado, as roças a cada ano correm mais risco de perda por deficiência hídrica. Diversas falas camponesas ressaltam o problema da água e sua importância para suas vidas:

“Água tinha é pra chapada aí, correndo aí ó a seca inteirinhazinha... eu conheci uma zona aí que na seca, agosto, setembro, era rio correndo na chapada direto ó... hoje mal-mal nos corguinho, assim mesmo poco... Então essa terra não pode sê muito forte não, num tem jeito” (S. Manoel Preto).

“Brejo ninguém plantava, porque tava tudo cheio d'água, virava lagoa... o rio que é o rio dá numa altura em dia vai pra cortá, outra hora corta” (S. Manoel Preto).

“O que puxa mais é aquele pivô moço. Puxa água do rio, toca na chapada, moiando esse mundo aí. Num tem jeito ué... Aquela água que eles puxa ela pra lá, ela num volta pro rio mais... Só se tirasse do São Francisco. Agora, desse riozinho pequeno?” (S. Manoel Preto)

“Na roça era brejado até quase a seca toda... Chovia seis meses sem pará... Fim de era... As água encurtô... Era marcado: 6 meses de água e 6 de seca... Os arvoredo ajuda a umidade... Onde limpa tudo vai secando... Onde pertence o meu, eu não estraguei; tirei só o mato baixo” (S. Bento).

“Antes plantava arroz no brejo e limpava, a água corria direto” (S. Isaac).

“Antigamente passava a seca, ele tava mais⁴² ou menos aquele normal, hoje na seca ele vai lá no meio do barranco prá baixo” (S. Belarmino).

Entretanto, o apego à terra e ao lugar permanece:

“Eu moro aqui é no cerrado... Eu acho que é melhó que morá na cidade. Ih, se o povo meu fô embora, se fô pra mi carregá eu num vô não. Aqui a gente fica muito

mais tranquilo, num tem aquele barulhão, num tem aquele aperto que tem na cidade num tem né, a gente fica tranqüilo aí, então eu gosto daqui” (S. José Martinho).

Algumas falas às vezes, principalmente dos mais velhos, lembram as fábulas e filosofias da obra de Guimarães Rosa e são carregadas de sábias análises do seu mundo:

*“Terreno de cultura é do mastigo”*⁴³ (S. Bento).

“O que produz perde, o que planta não tem valô” (S. Manoel Batista). *“Pequeno tem medo de trabaiá cum banco”* (genro de Manoel Preto)

“Sertão pra mim eu acho que é o mundo. Qualquer lugar que a pessoa estiver é o Sertão” (S. José Soares).

“Onde tem o erro é obrigado a falá ... O trem é danado. É cumum diz: é um pensá e dois sabê, tem de dividi, tudo é dividido ... O meu modo de pensá, o que tô dizendo eu acho que tá certo, e muitas vezes não tá, mas tem uns pedaço que tá ... A explicação já é maiô” (S. Bento).

As definições de Gerais trazem à tona o conflito entre o passado e o presente, a fartura e a escassez, o comum e o privado. A definição de D. Ermínia chega a impressionar, pela sensibilidade e precisão com que detecta o caráter de terra e recurso comum, espaço compartilhado, que está associado ao Gerais.

“Trata Gerais por causa do movimento, porque é pôco, o movimento é muito pôco. O Gerais é muito fraco... O Gerais é forte, o que é fraco é o povo; tem muita gente fraca aqui dentro desse broco. Tem vontade de fazê as coisa e num pode fazê porque num tem ajuda, as ajuda é muito devagá” (S. Bento).

“Antes não tinha divisão, era comum... Acho que essa palavra Gerais nasceu desse comum, dessa terra comum... Até que essa palavra Gerais é na boca dos antigos... veio dessa terra comum... não existe mais a terra comum” (nora de S. Isaac).

“Gerais O é mesmo o lugar do Cerrado. Lá é mata (angico, pau d’arco), terra boa, terra de colônião... Do boqueirão de Santa Rosa pra lá num tem um pé de piquizeiro” (S. Belarmino).

“Gerais e Cerrado se torna um assunto só” (S. Salvador).

*“Gerais é porque a planta nasce lá no mato, no meio da mata, então dá o fruto lá, ninguém planta, ninguém limpa e dá lá, então diz que é Gerais ... Só colhe e come ... Qualquer um pode colher; todo mundo vai na manga do outro colhe pequi, colhe coco, colhe manga, vai na chapada e colhe coquinho; se achar um tatu lá também pegado no meio do Gerais, pega ele, leva pra casa e come”*⁴⁴ (D. Ermínia)

Gerais, ao longo do domínio do Cerrado, é sempre um nome dado pela população local às regiões de chapadas altas que, historicamente, não foram apropriadas privadamente por ninguém. Constituíram-se de áreas de uso comum das populações camponesas para o extrativismo e, em alguns casos, para solta do gado em comum. Por isso o nome Gerais – de uso geral, de todo mundo. São áreas importantes para a circulação e sobrevivência da fauna, cuja fartura, em

especial de mamíferos e aves, sempre propiciou o recurso da caça para satisfazer as necessidades protéicas do povo do Cerrado. Juridicamente são terras públicas ou devolutas, tendo sido, em muitos casos, “regularizadas”, concedidas ou arrendadas pelo estado (no caso do Maranhão pelo ITERMA, no caso de Minas Gerais, inicialmente pela Ruralminas e atualmente pelo ITER), a fim de se tornarem latifúndios monocultores. Eis o contexto no qual vão se estabelecer as tensões entre territorialidades que veremos nos próximos capítulos que abordam as incursões aos Gerais do sul do Maranhão e do norte de Minas Gerais.

Notas

* Este texto compõe originalmente o Cap. III - “Territorialidades Camponesas do Cerrado – o saber gerado a partir do conhecimento local” (p. 81-116) da tese de doutorado do autor intitulada “*Os Cerrados e a Sustentabilidade: territorialidades em tensão*”, defendida em março de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves.

¹ Bourdieu, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa-Rio de Janeiro: Difel-Bertrand.

² Grifos meus.

³ Alguns autores vêem aí uma nova forma de territorialidade, na qual o “*território se constrói numa espécie de mobilidade controlada*”, como território-rede das grandes corporações transnacionais” (Haesbaert, 2002b: 135).

⁴ O que Dumont, citado por Haesbaert (2002a) chamaria de “experiência total do espaço”, que se contrapõe a uma experiência que enxerga o espaço apenas como mercadoria, e/ou suporte para sua produção e para acumulação privada.

⁵ Essa distinção também foi usada por David Harvey no seu conhecido *A Condição Pós-Moderna* (1993).

⁶ Essa perspectiva está num texto publicado recentemente: “Lugar-hábitat e Lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados” (Mazzetto Silva, 2005a).

⁷ SACK, R. (1986). *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.

⁸ Aqui a territorialidade tem o sentido historicamente herdado do naturalismo, ligado à noção de “espaço vital” para a sobrevivência de certos animais, podendo também ser associada à noção de *espaço defendido* pelos animais (como acontece com os cães) que não deixa de ser uma forma de apropriação, característica de cada espécie.

⁹ HALSBWACHS, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.

¹⁰ A maior parte deste tópico foi extraída de um texto recente que elaborei para a Coordenadoria de Educação Ambiental do IBAMA (Mazzetto Silva, 2005b).

¹¹ Alexander Chayanov, agrônomo e economista russo do início do Século XX, que estudou a microeconomia das comunas camponesas na Rússia. Seus estudos são uma referência fundamental para o entendimento do caráter não-capitalista da economia camponesa presente, por exemplo, no texto “Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas”, Chayanov (1981).

¹² Importante ressaltar que hoje se disseminou também a figura da *empresa agropecuária*, na qual não se distingue dono e o sentido de terra-mercadoria é ainda mais extremo.

¹³ Sob o manto da agricultura familiar estão ou podem estar, muitos estabelecimentos cuja racionalidade econômica se expressa fundamentalmente também na “agricultura como comércio”. Vide muitas famílias “gaúchas” da fronteira agrícola e grande parte da produção agrícola europeia e norte-americana que se dá em típicas empresas rurais familiares. Nestas empresas familiares, resta pouco ou nada do caráter camponês.

¹⁴ De acordo com Reis e Silva (2004), ancorados da abordagem de Woortman (1990), a campesinidade é a condição (universal) relativa aos valores morais, éticos e sociais do camponês que se manifestam na relação com a terra, com o trabalho, com a família e com a comunidade. Dentre esses valores, a reciprocidade, para

Woortman, é a que permite a compreensão da campesinidade em sua dimensão mais geral. “Contrariamente ao que se denomina na sociedade moderna de fetiche da mercadoria que é trocada, a reciprocidade significa mais. Constitui-se em um espírito de reciprocidade que se afirma pela negação do negócio” (Reis e Silva, 2004: 12). Brandão (2004) vai falar de um *ethos de campesinidade*, que pode estar presente inclusive nos habitantes urbanos.

¹⁵ Para Mendras (1978: 31) “tanto para o homem como para os animais, o habitat, no sentido preciso do vocábulo, designa a organização de um lugar para nele construir uma ‘residência’ que seja ao mesmo tempo habitação (alojamento), refúgio, oficina de trabalho e limite de vida”.

¹⁶ Esse conceito é bastante próximo também da noção de “ecúmeno” de Max Sorre, registrada por Mendras (1978). “Sociedades agrárias e sociedades camponesas caracterizam-se pela organização que souberam estabelecer no quadro e nas condições que lhes oferecia a natureza. O produto dessa simbiose, a natureza organizada pelas sucessivas sociedades que nela viveram, foi chamado de “ecúmeno” por Max Sorre: esse vocábulo, um pouco pedante, tem o mérito de destacar que a natureza, tal como a observamos hoje, é sempre o produto de uma prolongada atividade humana, geração após geração, civilização após civilização. Essa modelagem do ecúmeno pode ter sido profunda ou, ao contrário, superficial, mas a natureza virgem não é mais do que um mito criado pela ideologia de civilizados sonhadores de um mundo diferenciado do seu...” (Mendras, 1978: 19).

¹⁷ O que justificaria sua denominação de *capitalismo fossilista*, utilizada por Altvater (1995).

¹⁸ Aqui vemos novamente o sentido do território como habitat para as famílias camponesas.

¹⁹ Ver os dois artigos de Gehlen - *Agricultura Familiar de Subsistência e Comercial: identidade cabocla e inclusão social* - e Brandenburg – *Colonos: subserviência e autonomia* - no mesmo livro intitulado *Para Pensar Outra Agricultura*, organizado por Brandenburg e Ferreira (1998).

²⁰ Para Mendras, então, esse cultivador, praticante da agricultura de pousio, não seria um camponês, categoria que, ao que parece, estaria restrita aos agricultores típicos do sistema intensivo policultura-pecuária. Essa abordagem de certa forma é confrontada pela de Boserup (1987: 13 e 14) que vê um contínuo entre sistemas de pousio longo ou florestal, pousio arbustivo, pousio curto, cultivo anual e cultivos múltiplos. Esse contínuo estaria relacionado ao aumento da pressão demográfica, levando a uma intensificação do trabalho e do uso da terra.

²¹ Grifos em negrito meus

²² *Geraizeiro* (morador do Gerais) é o nome-identidade de populações camponesas do cerrado mineiro. Esse nome é usado, em especial, quando há o contraste com populações próximas em ambientes diferentes, como os caatingueiros. No cerrado maranhense, é utilizado o nome *geraizense* em outros locais *geralista*.

²³ Tradução minha do original em espanhol. Grifos meus.

²⁴ “O modo terciário de apropriação, diferentemente dos anteriores, não aparece no sentido estrito como uma derivação daqueles (o primeiro e segundo), nem como resultado de uma ruptura qualitativa. Muito pelo contrário, este último aparece como uma tradição de caráter extra-rural, originado a partir do setor urbano e industrial da sociedade humana. Se trata de um modo que busca potencializar o excedente (alimentos e matérias-primas) dos produtores rurais, única maneira de manter e acrescentar à população assentada nos enclaves urbano-industriais do planeta. Por tal razão, o modo terciário vem a se sobrepor aos outros dois modos, com os quais compete e com os quais acaba por entrar em frontal contradição. Se os modos primário e secundário são descontinuidades qualitativas de um mesmo contínuo histórico, o modo terciário encarna uma tradição cultural humana externa e estranha a esse contínuo... Este surge, enfim, não como ‘o passo adiante’ da evolução (ou co-evolução) entre a sociedade e a natureza, senão como um fenômeno que desloca e nega essa evolução... Este traço de caráter geral, que revela o modo terciário de apropriação da natureza como o fator desencadeante de um conflito supremo a natureza e a sociedade...” (Toledo, 1996: 15). Tradução minha do original em espanhol.

²⁵ Se o camponês tem uma visão não-ocidental da natureza, como ficam os camponeses europeus (certamente ocidentais) de Mendras e Wolf que seriam o protótipo do *campesinato ideal*?

²⁶ “Gaúcho” aqui, tem o sentido atribuído pelas populações locais aos forasteiros, ou seja, agricultores e empresários rurais da região sul do Brasil e não só do estado do Rio Grande do Sul.

²⁷ As *unidades ecogeográficas*, de acordo com Toledo (1996), são unidades do espaço que delimitam as discontinuidades da paisagem natural. Petersen (1996) utiliza um conceito próximo, o de *ecopaisagens* que são as unidades homogêneas básicas de sistematização do comportamento dos ecossistemas.

²⁸ Grande parte deste tópico está em texto recentemente publicado: “Conhecimento Local e Sustentabilidade: lugares e saberes das ruralidades não-modernas dos cerrados” (Mazzetto Silva, 2005c).

²⁹ A territorialidade teria a ver aí com a apropriação social dos lugares e mesmo com o que os autores da Geografia Humanística chamam de “a experiência do lugar” (Tuan, 1980; Edward, 1976), convergindo para uma **noção de identidade** entre comunidade/território (muito evidente quando falamos de povos indígenas, mas também muito pertinente quando tratamos de comunidades camponesas ou de agricultores familiares), pessoas/lugares.

³⁰ Escobar (2000) se refere também à *antropologia ecológica*.

³¹ *Linderos* no espanhol original.

³⁵ O estudo foi feito no município de Riacho dos Machados.

³⁶ O estudo mostra que os geraizeiros realizam uma estratificação dos ambientes, a partir de fatores como posição no relevo, tipo de solo, vegetação e usos possíveis. O autor registrou os seguintes ambientes: vazante, brejo, tabuleiro, chapada, carrasco, espigão e beira de lagoa.

³² Vimos parte desta visão no Capítulo I (“Modernidade, Capitalismo e Desenvolvimento: a problemática da (in)sustentabilidade e dos conflitos socioambientais”, p. 06-44).

³³ Grifos meus. Esse aspecto (ocupação e fixação em terras devolutas) será claramente demonstrado nos dois estudos de caso relatados nos Capítulos IV (“Nos Cerrados do Sul do Maranhão – o (Des)Encontro entre o Agronegócio da Soja e os Camponeses dos Vãos”, p. 117-169) e V (“Os Geraizeiros Encurralados e a Luta pela Reapropriação Territorial das Chapadas do Alto Rio Pardo”, p. 170-240) sobre as populações camponesas do sul do Maranhão e do norte de Minas Gerais, evidenciando, ao longo da história do Brasil, seu caráter marginal.

³⁴ O Pantanal tem diferenciações importantes em relação às outras regiões citadas pelo fato de comportar grandes fazendas de gado e um turismo hoje intenso, não sendo considerada talvez por isso, uma região pobre ou subdesenvolvida. Ressalte-se, entretanto, que suas características ecológicas (ciclos de cheias e vazantes) se mostraram pouco propícias para a expansão da agricultura moderna.

³⁵ O estudo foi feito no município de Riacho dos Machados.

³⁶ O estudo mostra que os geraizeiros realizam uma estratificação dos ambientes, a partir de fatores como posição no relevo, tipo de solo, vegetação e usos possíveis. O autor registrou os seguintes ambientes: vazante, brejo, tabuleiro, chapada, carrasco, espigão e beira de lagoa.

³⁷ Grifos meus.

³⁸ O Riachão é um rio da bacia do São Francisco que no seu curso divide 4 municípios do norte de Minas: Montes Claros, Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas. A área da minha pesquisa se localiza no município de Coração de Jesus, margem direita do médio-Riachão.

³⁹ O poder nesse caso cabe ao IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas, órgão da secretaria estadual de meio ambiente) e ao COPAM (Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais).

⁴⁰ “*Mais saúde pro gado é o pasto natural... Pasto plantado não agarante igual o natural*” (S. Bento). “*A chapada pra criá, nessas época que os pastos seca, ela é melhor do que a cultura, por conta que produz o ramo né. Então o gado vai vivendo cuo ramo até chovê pro capim crescê. Uma chavinha tá tudo brotado, cê vai na cultura tá tudo pelado*” (S. José Soares).

⁴¹ *Manga* é o nome local dado às áreas de pasto formado.

⁴² S. Belarmino falava aqui do Riachão.

⁴³ S. Bento refere-se aqui à importância das terras naturalmente férteis para a produção de auto-consumo.

⁴⁴ Grifos meus.

BIBLIOGRAFIA

- ALTIERI, Miguel (2002). **Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Alternativa**. Guaíba: Agropecuária.
- ALTVATER, Elmar (1995). **O Preço da Riqueza**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- ALVIM, Paulo de Tarso e SILVA, José E. (1980). **Comparação entre os Cerrados e a Região Amazônica em Termos Agroecológicos** In: MARCHETTI, Delmar e MACHADO, Antônio D. (coords.). **Cerrado: uso e manejo**. V Simpósio sobre o Cerrado, Brasília: Editerra.
- ARRUDA, Moacir Bueno (2001). **Ecosistemas Brasileiros**. Brasília: Edições IBAMA.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. e DIEGUES, Antônio C. (2002). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 176 p.
- AUGÉ, M. (1994). **Não-lugares**. Campinas: Papius.
- BOSERUP, Éster (1987). **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo: Hucitec.
- BRANDÃO, Carlos R. (2004). **Sobre a Tradicionalidade Rural que Há em Nós**. In: **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, p. 121 a 131.
- BRANDENBURG, Alfio (1998). **Colonos: subserviência e autonomia**. In: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Ângela D. D. **Para Pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, p. 71 a 102.
- CAA-NM (2004). **Caracterização Ambiental e Agroambiental do Território de Vereda Funda**. Montes Claros: mimeo, 9 p.
- CARVALHO, Horácio M. (2005). **O Campesinato no Século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes.
- CARVALHO, Mônica e outros (2000). **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo.
- CAVALLINI, Marcelo M. (2001). **Agricultura Tradicional, Composição Paisagística e Conservação de Biodiversidade: subsídios ao desenvolvimento rural sustentável**. Tese de doutoramento em Ecologia e Recursos Naturais, UFSCAR, São Carlos/SP.
- CHAYANOV, A. V. (1981). **Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas**. In: GRAZIANO DA SILVA, J. e STOLKE, V. (orgs). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense.
- CHONCHOL, Jacques (1986). **Paysans a venir – les sociétés rurales du Tiers Monde**. Paris: La Deconvert (tradução sem revisão para uso didático – IGC/UFGM).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (2004). **Conflitos no Campo – Brasil 2003** (Coordenação Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso). Goiânia: CPT Nacional, 228p.

COSTA, Francisco A. (1994). **Racionalidade camponesa e sustentabilidade:** elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. Belém, Cadernos do NAEA nº 12, novembro.

DAYRELL, Carlos A. (1998). **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas:** A Contribuição da Agroecologia e da Etnoecologia nos Estudos dos Agroecossistemas Tradicionais. Montes Claros/MG: dissertação de mestrado Universidade Internacional de Andalucia: mimeo, 155 p.

EDWARD, Relph (1976). **Place and Placelessness.** London: Pion.

ESCOBAR, Arturo (2000). **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar:** ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, Edgard (compilador). La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso-Unesco, p. 113 a 143.

ESCOBAR, Arturo (1996). **La invención del Tercer Mundo: construcción e deconstrucción del desarrollo.** Bogotá: Grupo Editorial Norma.

FAO/INCRA (2000). **Agricultura Familiar no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário de 1995/96.** Brasília: Projeto de Cooperação INCRA/FAO, jan/2000.

GALIZONI, Flávia Maria (2000). **A Terra Construída:** família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. São Paulo/SP: dissertação de mestrado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

GEHLEN, Ivaldo (1998). **Agricultura Familiar de Subsistência e Comercial:** identidade cabocla e inclusão social. In: BRANDENBURG, Alfio e FERREIRA, Ângela D. D. Para Pensar: outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, p. 51 a 70.

GLIESSMAN, Stephen R. (2001). **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2^a ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

GUZMÁN, E. Sevilla (2000). **Sobre el Campesinado, la Globalización de la Economía y el Desarrollo Rural.** Córdoba, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes, Universidad de Córdoba. Mimeo, 20 p.

GUZMÁN, E. Sevilla e MIELGO, A. M. Alonso (1994). **Para una Teoría Etnoecológica Centro-Periferia desde la Agroecología.** In: **Prácticas Ecológicas para una Agricultura de Calidad.** Toledo, p. 448 a 460.

HAESBAERT, Rogério (2002a). **Concepções de Território para Entender a Desterritorialização.** In: **Territórios Territórios.** Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, p. 17 a 38.

_____. (2002b). **Territórios Alternativos.** Niterói: Ed. UFF; São Paulo: Contexto.

_____. (1997). **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF.

HARVEY, David (1993). **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola.

HEYNIG, Flaus (1982). **Principales Enfoques sobre la Economía Campesina**. Revista do CEPAL.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/96**.

LAMARCHE, Hugues (1989). **A Agricultura Familiar: uma introdução geral**. Campinas: Ed Unicamp.

LEFF, Enrique (2003) **La Ecología Política em América Latina: um campo em construcción**. Texto elaborado para a reunião do Grupo de Ecologia Política de CLACSO, Panamá, 17-19 de março de 2003. Mimeo, 18 p.

_____. (1998). **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. México: Siglo Veintiuno Editores.

LITTLE, Paul E. (2002). **Territórios Sociais e Povos Tradicionais No Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. In: Simpósio “Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia”, na 23^a Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado/RS, 19 de junho de 2002, mimeo, 37 p.

MARQUES, Marta I. M. (2004). **Lugar do Modo de Vida Tradicional**. In: O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, p. 145 a 158. Anais do Simpósio de Geografia Agrária da USP, dezembro de 2003.

MAZZETTO SILVA, Carlos E. (2005a). **Lugar-habitat e Lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do Cerrado**. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs.). A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 217 a 244.

_____. (2005b). **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: mimeo, 26 p (elaborado para a Coordenadoria de Educação Ambiental do IBAMA).

_____. (2005c). **Conhecimento Local e Sustentabilidade: lugares e saberes das ruralidades não-modernas dos cerrados**. Boletim Mineiro de Geografia da AGB-MG, Ano 8, n.1, p. 91 a 126.

_____. (2003). **Crise Ambiental e os Paradigmas da Modernidade**. In: Anais do Fórum Nacional do Meio Ambiente; 10^a Semana de Educação Ambiental - Sustentabilidade: compromisso com a vida. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p. 15 a 20.

_____. (1999). **Cerrados e Camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas**. Belo Horizonte: IGC/UFMG, dissertação de mestrado, 250p.

MENDRAS, Henri (1978). **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (2003). **Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, junho de 2003, mimeo, 24 p.

NOORGARD, Richard B. e SIKOR, Thomas O. (2002). **Metodologia e Prática da Agroecologia**. In: ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, p. 53 a 84.

ODUM, Eugene P. (1988). **Ecologia**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

PETERSEN, P. (1996). **Diagnóstico Ambiental Rápido e Participativo**: Levantando Informações e Mobilizando a Comunidade para um Manejo Sustentável das Terras. In: AS-PTA. Alternativas: Cadernos de Agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. (2002). **Da Geografia às Geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÁ, Ana Esther e SADER, Emir (coords.). La Guerra Infinita: hegemonia y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 37p.

REIS, Daniel B. e SILVA, Valdir J. (2004). **Cultura e Campesinidade**: um novo paradigma de sustentabilidade do turismo no meio rural. XXIV Congresso Brasileiro de Turismo - CBTUR 2004, Balneário Camboriú/SC, maio/2004, Mimeo, 15p.

RIBEIRO, Darcy (1977). **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Civilização Brasileira.

SACK, R. (1986). **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge University Press.

SANTOS, Milton (2003). **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record.

_____. (2002). Território e Dinheiro. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, p. 9 a 15.

SHIVA, Vandana (2001). **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis/RJ: Vozes.

TOLEDO, Vitor M. (1996). **La Apropiación Campesina de la Naturaleza**: un Analisis Etnoecológico. 104p. mimeo.

TUAN, Yi-Fu (1980). **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (1996). **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. Caxambu/MG, XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17, Processos Sociais Agrários, mimeo 17 p., outubro/1996.

WOLF, Eric R. (1976). **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

WOORTMANN, Klass (1990). **Com Parente não se Neguecia**: o campesinato como ordem moral. Brasília: UNB, Anuário Antropológico 87.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel (2005). **Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais**: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs.). A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 49 a 64.